

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS • VOL. 25 • Nº 12 • DEZEMBRO 2005 • R\$ 12,00



2006



2007



2008



2009



2010



2011



2012



2013



**O fim dos
subsídios às
exportações?**

SAFRA

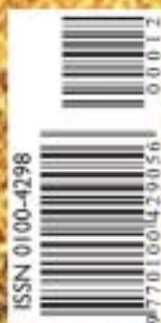
O peso da
dívida do campo

GEOREFERENCIAMENTO

Novos prazos
e instruções

SANIDADE

Os riscos do
agroterrorismo





O agribusiness brasileiro EXIGE Competência e gestão

Aprimore e desenvolva
seu conhecimento com o
MBA GESTÃO
ESTRATÉGICA
em AGRIBUSINESS



Contato: curso no Brasil
21 - 2559-5851
agribus@fgv.br



Contato: curso em SP
11 - 3281-3440
www.fgvsp.br/gvpec



Arquivo de pendências

Na 'gaveta' do agronegócio, continua uma série de pendências que precisam ser resolvidas ao longo de 2006. A Rodada de Doha, iniciada no Qatar, em 2001, teve seu 6º Encontro Ministerial organizado pela Organização Mundial do Comércio. Realizado em Hong Kong, deixou mais dúvidas do que certezas. Ficou fixado o prazo de 2013 para o término dos subsídios na agricultura, com uma reforma radical prevista para 2010. A União Européia não concorda e deverá colocar obstáculos a esse processo. Mais uma reunião está prevista para até o final de junho próximo. Um tempo exíguo de alguns meses para acertar aquilo que não se conseguiu em anos.

Na parte da legislação, dois marcos legais em questão:

1. A apresentação da planta e do memorial descritivo geo-referenciado na identificação da área total dos imóveis rurais junto aos tabelionatos e registros de imóveis. O governo prorrogou o prazo para seu atendimento. A medida atende a apelos da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), após três anos de negociações.

2. As normas de segurança e os mecanismos de fiscalização das atividades com Organismos Geneticamente Modificados (OGM). O Decreto 5.591 regulamenta a Lei 11.105, de Biossegurança, sancionada pelo Presidente da República em 24 de março de 2005. Um anseio para retomar a pesquisa do País numa área de suma importância.

A safra 2005/06 de cereais encerra o seu plantio com baixa no padrão tecnológico, mas com expectativa de uma colheita recorde, caso não ocorram problemas climáticos. A dívida que pesa sobre o setor é pesada, sem nenhuma perspectiva de ser saneada num período inferior a três anos. O passivo da conta pode ser melhorado. Uma preocupação enorme está concentrada na cadeia produtiva da soja. O câmbio valorizado e a alta no custo de produção levaram a lavoura a uma posição de elevado risco econômico em muitas regiões do País. No esmagamento do grão, a

Argentina avança em capacidade e poderá superar a brasileira. A triticultura também convive com dias de pesadelo.

Três culturas apresentam cenários favoráveis e devem ajudar o agronegócio a lograr melhores desempenhos. A citricultura, diante das dificuldades enfrentadas pelo maior concorrente nacional (Estado da Flórida, EUA), com furacões e disseminação de doenças, principalmente nos viveiros e nas plantas novas. A cafeicultura, pela fase bicíclica da sua produção, com menor oferta de matéria-prima. A cana-de-açúcar, embalada pelo sucesso do carro flex fuel, nas exportações de álcool e nos bons preços do açúcar no mercado internacional.

Agroanalysis aborda também temas relevantes nas áreas de sanidade e de tecnologia. A estruturação interna para cumprir um novo ciclo de exigência externa relacionado à qualidade da produção e à saúde do consumidor. Como evitar a chegada de bens e produtos carregados de minúsculos e perniciosos agentes de doenças. De maneira similar, como desenvolver o conhecimento acerca das funções tecnológicas que dão conformação a Tecnologia Industrial Básica TIB.

Na parte ambiental, aumenta o seu poder de permear as diversas esferas definidoras das políticas públicas e das estratégias e condutas do setor privado. O Protocolo de Kyoto foi objeto de um encontro mundial, em que apesar de ter sido colocado em xaque, saiu de pé, para uma segunda fase posterior a 2008. O mercado de carbono ganhou nova vitalidade, e com o apoio de entidades fortes, como o Banco Mundial, poderá decolar com mais força.

Enfim, em um ambiente dinâmico, o agronegócio brasileiro se vê frente a um conjunto de desafios, na maioria, novos e colocados face à exposição externa do setor. O ano de 2006 deverá enfocar mais uma série de estratégias concebidas recentemente em diversas frentes da área governamental e empresarial em assuntos como sanidade, meio ambiente, negociações internacionais, dentre outras. ■

Armazenar na fazenda é estratégia para o produtor ampliar rentabilidade

DA REDAÇÃO

"Ao armazenar a produção na própria fazenda, o agricultor gera empregos no campo e renda para o município, evita buracos nas rodovias na época de safra e pode vender a sua produção na época em que melhor lhe aprouver", diz Othon D'Eça Cals de Abreu, diretor-presidente da Kepler Weber, indústria que produz unidades armazenadoras de cereais, alimentos, instalações industriais e terminais portuários.

Ele calcula o déficit de armazenagem no Brasil em 30%, um nível preocupante para um país que estima colher cerca de 125 milhões de toneladas de grãos nesta temporada. "No Brasil, apenas 5% do volume armazenado fica na própria fazenda", diz Cals de Abreu.

Mas para o dirigente da Kepler Weber, os agricultores estão cada vez mais conscientes de que investir em silos é estratégico para aumentar a competitividade do seu negócio. "Se houver silo na fazenda e forem vendidos 25% da produção, na hora da colheita, o agricultor conseguirá cobrir os seus custos e deixar os 75% restantes para vender quando o preço for mais favorável".



Agroanalysis - Um dos graves entraves para o crescimento do agronegócio brasileiro são as deficiências nas áreas de infra-estrutura e logística. Como está hoje a situação do armazenamento?

Othon D'Eça Cals de Abreu - Existem males que vêm para o bem. No momento em que se cortaram todos os subsídios para o setor rural, por volta de 1995/1996, o produtor rural percebeu que ele não podia ter mais nenhuma ingerência sobre os preços agrícolas. O preço era ditado pela Bolsa de Chicago. O produtor é inteligente, preparado e sabe o que faz. Ele conhece a terra. O que ele fez? Para eu poder me tornar competitivo aos preços de Chicago, ele pensou, vou ter que reduzir os meus custos e aumentar a minha produção. E foi isto ele que fez. Ele começou a modernizar o campo.

Agroanalysis - Isto ocorreu por volta de 1999?

Othon - Começou em 1996, mas esse processo de modernização ganhou impulso em 1999. Em primeiro lugar, o produtor modernizou a sua lavoura, principalmente na área de mecanização, o que elevou as vendas de tratores e colheitadeiras de última geração. Depois, começou a preparar melhor a terra, utilizando mais adubos. Isto deu grande impulso para a indústria de fertilizantes, tanto é que boa parte das grandes multinacionais deste setor está hoje instalada no Brasil, gerando empregos e renda. É preciso ressaltar também o papel da Embrapa para o processo de modernização da agricultura. Ela desenvolveu sementes apropriadas para o plantio no Sul, no Centro-Oeste e em várias regiões do País. Isto permitiu

ao produtor preparar melhor a terra, adubá-la e usar sementes selecionadas para o plantio. Com isto, ele começou a colher mais. Prova disso é que hoje nós batemos os EUA em produção média por hectare.

Agroanalysis - O produtor brasileiro é um dos mais eficientes do mundo dentro da porteira. Mas ao sair da fazenda, o agronegócio começa a perder a sua competitividade.

Othon - Justamente. Depois que o produtor ganhou competitividade dentro da fazenda, ele viu que faltava armazenagem e transporte. Temos um grande déficit na área de armazenagem no Brasil. Grão se estoca a granel, e o que a Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) herdou foram antigos armazéns do IBC (Instituto Brasileiro do Café), próprios para sacaria. O Brasil produzia cada vez mais, fazendo crescer o déficit na armazenagem.

Agroanalysis - Como anda o déficit de armazenagem no Brasil?

Othon - Ao redor de 30% do total da safra. Muita gente pensa que armazenagem é um silo, mas é muito mais do que isso. Armazenagem é todo um sistema, que vai do campo ao porto. O grão é um ser vivo e precisa ser muito bem tratado. Depois de colhido, ele passa por uma máqui-

"Muita gente pensa que armazenagem é apenas um silo. É mais do que isso. Armazenagem é todo um sistema, que vai da lavoura ao porto"

na de limpeza e depois vai para o secador. Temos equipamento com capacidade de até 300 toneladas/hora de secagem. O secador vai deixar o grão no percentual ideal de umidade. Daí, ele volta para a máquina de limpeza, que retira

as impurezas. A fase seguinte é a armazenagem no silo. Isto tudo dá uma idéia de como o sistema de armazenagem é complexo.

Agroanalysis - São poucos os produtores brasileiros que conseguem armazenar a sua produção na própria fazenda?

Othon - Para você ter uma idéia, nos EUA, 65% da armazenagem é feita na própria fazenda. Na Europa, entre 50% e 55%. Na Argentina, chega a 25%. Aqui está por volta de 5%.

Agroanalysis - Esta carência não traz prejuízos aos produtores?

Othon - Ao armazenar a produção na fazenda, o agricultor gera empregos no campo, renda para o município, evita buracos nas rodovias na época de safra e pode vender a sua produção na época em que melhor lhe aprouver. No pico de safra, o produtor paga transporte, armazenagem em cima do caminhão e multa de navio. O porto de Paranaguá, na época, chega a ter fila de 100 km.

Agroanalysis - Mas durante a fase de 'vacas gordas' do agronegócio brasileiro, o produtor não investiu na armazenagem?

Othon - Em 1999, a Kepler Weber saiu de uma receita bruta de R\$98 milhões para fechar 2004 com R\$418 milhões. Por aí, dá para você ter uma idéia.

"A Kepler Weber saiu de uma receita bruta de R\$98 milhões, em 1999, para fechar 2004 com R\$418 milhões"

Agroanalysis - As linhas de financiamento para investimento em armazenagem são eficientes?

Othon - Cerca de 70% das compras que ocorreram durante este *boom* foram realizadas com recursos próprios. Para investimento em armazenagem, existe uma linha de crédito chamada ModerInfra, um programa do BNDES. O ModerInfra tinha R\$800 milhões nas safras 2003/2004 e 2004/2005. Mas normalmente, dos R\$800 milhões, o produtor usa apenas R\$ 400 milhões. O problema é a burocracia. Fiz um levantamento e constatei que um financiamento demora 156 dias para ser liberado.

Agroanalysis - A crise do agronegócio, que atingiu principalmente os produtores de grãos, já se refletiu nos negócios da Kepler Weber?

Othon - A queda nas vendas de sistemas de armazenagem de grãos este ano chega a 61,7%. Em Panambi (RS), onde está instalada a nossa maior fábrica, estávamos com 2.232 funcionários trabalhando em três turnos, desde 2001. Em junho último, fomos obrigados a demitir 500 pessoas. Hoje, estamos com as duas fábricas, Panambi e Campo Grande, a pleno vapor, inclusive, com três turnos. Não só por causa da exportação, mas, sobretudo, pelo crescimento extraordinário na venda de terminais portuários, que compensou a queda dos negócios com sistemas de armazenagem. Em Panambi, estamos contratando cerca de 250 funcionários.

Agroanalysis - Quais são as suas

"Hoje, a capacidade portuária instalada do Brasil é de 17 milhões de t. Se não passar para 32 milhões de t até 2008, vai ocorrer um apagão logístico"



expectativas para o próximo ano?

Othon - A previsão é de uma safra ao redor de 125 milhões de toneladas, e as condições climáticas, segundo os institutos de meteorologia, serão favoráveis. Aparentemente, a ferrugem da soja foi reduzida. O que acontece é que os agricultores fizeram uma adubação apenas de manutenção. Eles não investiram em insumos, o que poderá reduzir a produtividade. Na soja, portanto, não deveremos chegar a 57/60 sacas por hectare. O milho está aquecido. Os produtores estão plantando mais milho. O plantio de arroz também está correndo bem acima, como a colheita de trigo. Acredito que, no momen-

to em que a crise se amainar, os produtores rurais vão investir em armazenagem porque aprenderam a lição. Eles tiveram que vender a sua produção quando os preços não eram favoráveis. O produtor tem que aprender a vender. Se

houver silo na fazenda e o produtor vender 25% da produção na hora da colheita, ele consegue cobrir os seus custos. E deixar o restante, os 75%, para vender quando o preço for mais favorável. E vai conseguir um produto de melhor qualidade. Tanto é que existe uma diferença muito grande de preço. Os grandes esmagadores preferem comprar produto que está armazenado. Estimamos que deverá ocorrer uma recuperação nas vendas de silos. Até pelo tamanho da safra: 125 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 13 milhões de

toneladas em relação à safra anterior. Outra coisa importante: hoje, a capacidade portuária instalada do Brasil – não falo em contêiner, mas em terminais graneleiros – está em 17 milhões de toneladas. E se ela não passar para 32 milhões de toneladas até 2008, vai ocorrer um apagão na logística. Reconheço que o governo federal está tentando resolver essa questão, mas a burocracia emperra as Parcerias Público-Privadas, principalmente em relação às leis ambientais. É uma pena. O Brasil hoje é mais temido por ser uma potência agrícola do que se fosse uma potência atômica. ■

O ano de 2005 em retrospectiva

Rogério Mori *

O ano de 2005, em termos econômicos, pode ser classificado como "o ano que não foi". De fato, as expectativas iniciais do exercício, a olhos de hoje, podem ser consideradas como de extremos otimistas, principalmente no tocante ao crescimento do produto. Esse fenômeno pode ser atestado quando se considera as projeções dos analistas no relatório de mercado divulgado pelo Banco Central (BC) em 7 de janeiro e em 9 de dezembro de 2005.

Os prognósticos para 2005 apontavam:

I) Maior grau de otimismo em termos de atividade econômica;

II) Perspectiva de queda mais acelerada na taxa de juros;

III) Expectativa de manutenção da cotação da moeda norte-americana próxima ao patamar de R\$3,00;

IV) Uma projeção de resultado comercial inferior ao que de fato se verificou no ano.

Esses fatos estilizados, em contraposição à realidade apontada pelos indicadores, demonstram que a trajetória das principais variáveis macroeconômicas foi significativamente diversa daquela esperada no começo de 2005.

Uma das maiores surpresas, nesse sentido, ficou por conta do comportamento da taxa de câmbio. A cotação da moeda norte-americana registrou uma apreciação significativa em 2005 e atingiu cotações inimagináveis, há alguns meses. Parte desse movimento se deveu aos bons resultados comerciais, que garantiram um expressivo fluxo de dólares do lado da conta de comércio.

Tal desempenho da balança comercial, a despeito da apreciação da moeda brasileira, se deveu, em grande medida, ao inesperado e forte ritmo do crescimento global ao longo do ano, o que se contra-

pôs à expectativa de um superávit comercial de cerca de US\$26 bilhões no início de 2005 para um resultado de fato próximo a US\$40 bilhões no ano.

A apreciação da moeda brasileira também foi motivada pela manutenção do elevado patamar da taxa de juros. Esse aspecto, em um ambiente de alta liquidez internacional, influenciou o fluxo de dólares do lado financeiro, contribuindo, ainda mais, para a queda da cotação da moeda norte-americana. Nesse sentido, a trajetória da taxa de câmbio brasileira poderia ter sido diferente, caso a taxa de juros tivesse caído mais rapidamente, como apontavam as expectativas de mer-

ca monetária em 2005 foi pautado pelo BC. Essa postura foi condicionada pelo desempenho da inflação, em que os resultados mostraram melhoria expressiva entre maio e setembro e permitiram que o BC mantivesse a flexibilização da política monetária ao longo do segundo semestre do ano. Nesse aspecto, cabe uma reflexão importante sobre o comportamento da inflação, que poderá, inclusive, ditar os próximos passos em termos de taxa de juros.

Um dos aspectos que merece destaque nessa discussão diz respeito ao fato de que boa parte dos ganhos em termos de inflação em 2005 está associada aos efeitos da apreciação cambial sobre os preços do-

mésticos. Na verdade, os bons resultados observados no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no ano foram oriundos, em grande medida, das deflações verificadas no grupo alimentação. Em outras palavras, grande parte dos ganhos inflacionários em 2005 veio por conta da queda dos preços dos alimentos, influenciada, nesse contexto, pelo recuo da cotação do dólar. Aparentemente, esse efeito se esgotou em outubro/novembro, e já se verificou uma reversão no comportamento dos preços do grupo alimentação nos índices de preços ao consumidor em geral.

Em face desses elementos, a grande dúvida para o início de 2006 remete à questão da inflação: caso os índices de preços voltem a registrar variações em torno de 0,50% ao mês, o BC se verá em uma encruzilhada em termos de aceleração (e, eventualmente, continuidade) do ritmo de cortes na taxa de juros, já nos primeiros meses do ano.

Em face desses elementos, a grande dúvida para o início de 2006 remete à questão da inflação: caso os índices de preços voltem a registrar variações em torno de 0,50% ao mês, o BC se verá em uma encruzilhada em termos de aceleração (e, eventualmente, continuidade) do ritmo de cortes na taxa de juros, já nos primeiros meses do ano.

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (CEMAP) da FGV/EESP.

Relatório de Mercado - Banco Central

Expectativas para 2005 (Mediana)	7/1/2005	9/12/2005
Inflação - IPCA (%)	5,67	5,68
Inflação - IGP-DI (%)	6,46	1,47
Variação do PIB (%)	3,60	2,52
Variação da Produção Industrial (%)	4,50	3,15
Taxa de Câmbio (fim de período) - R\$/US\$	2,95	2,22
Meta Selic (fim de período) - (% aa)	16,0	18,0
Balança Comercial (US\$ Bilhões)	26,1	43,7
Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	51,8	51,6

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: FGV/EESP/CEMAP

cado no início de 2005.

O elevado patamar da taxa de juros também contribuiu para a forte desaceleração do ritmo de crescimento doméstico. O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre ficou muito aquém do esperado e sancionou uma rodada de revisões para baixo das projeções de crescimento econômico, que se consolidaram em torno de 2,5% para o ano (bem abaixo dos 4% alardeados por alguns segmentos do Governo, no início de 2005). O final do ano chegou a ser melhor do que o esperado em alguns segmentos, mas não configurou uma reversão da trajetória de desaquecimento econômico verificada no último semestre.

O conservadorismo do lado da políti-



Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getúlio Vargas (Escola de Economia de São Paulo - EESP, Instituto Brasileiro de Economia - IBRE e Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP).

DIRETOR DA EESP/FGV: Yoshiaki Nakano

DIRETOR DO IBRE/FGV: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

DIRETOR DA EAESP/FGV: Fernando S. Meirelles

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Fernando S. Meirelles, Ivan Wedekin, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Ricardo Conceição e Yoshiaki Nakano

EDITOR CHEFE: Antônio Carlos Kfoury Aidar

EDITOR EXECUTIVO: Luiz Antonio Pinazza

FUNDADORES: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO

REDATOR: Bruno Blecher

ARTE: Paulo Victor de Mello e Luciana Carranca (casadarte@terra.com.br)

REVISÃO: Solange Aparecida Visconte

SECRETARIA E APOIO ADMINISTRATIVO: Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi.

PUBLICIDADE - Representante comercial: Gilberto Gomes de Alencar, tel.: (11) 3287-4529 e celular (11) 9182-8395, e-mail: gilberto.alencar@terra.com.br. Contato comercial: Evandro Jacóia Faulin e Thiago Paes Brussi, tel.: (11) 3281-3220, fax: (11) 3262-3708 e 3281-7891, e-mail: efaulin@fgvsp.br.

CIRCULAÇÃO/ASSINATURAS - Evandro Jacóia Faulin, Ivani Fernandes Oliveira e Thiago Paes Brussi. Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220 - fax: 11 3262-3708, e-mail: agroanalysis@fgvsp.br

PONTO DE VENDA: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar - tel.: (11) 3281-3220; e fax: 3281-7891.



Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, que tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

SEDE: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

PRIMEIRO PRESIDENTE E FUNDADOR: Luiz Simões Lopes

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR

PRESIDENTE: Carlos Ivan Simonsen Leal

VICE-PRESIDENTES: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

VOGAIS: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Emanoel Galvão, José Luiz Miranda, Manoel Pio Corrêa Jr., Márcio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade

SUPLENTE: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Barque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Jacob Palis Jr., José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE: Carlos Alberto Lenz César Protásio

VICE-PRESIDENTE: Pedro José da Matta Machado (Klabin Imãos & Cia.)

VOGAIS: Alexandre Koch Torres de Assis, Carlos Alberto Vieira (Federação Brasileira de Bancos), Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Domingos Bulus (White Martin Gases Indústrias Ltda), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Eraldo Tinoco Melo (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Luiz Apolonio Neto (Instituto de Resseguros do Brasil-IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Luiz Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Mauro Salles (Publicis Salles Norton), Nicandro Duarte (Souza Cruz SA), Raul Calfat (Votorantin Participações SA), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

SUPLENTE: Gilberto Duarte Prado, João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcelo José Basílio de Souza Marino (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Títo Botelho Martins (Caemi Mineração e Metalurgia SA); Marcos Augusto Caetano da Silva Filho (Unibanco - União de Bancos Brasileiros SA).

CONSELHO CONSULTIVO

Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas, Eliezer Baptista, Estado de Minas Gerais, Fernando Perrone, Geraldo José Carbone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Roberto Gusmão



3
O AGRONEGÓCIO
É O SEGUINTE
Arquivo de pendências

4
ABRE ASPAS
Armazenar na fazenda é
estratégia para o
produtor ampliar
rentabilidade
Othon D'êça Cals de Abreu,
da Kepler Weber

7
MACROECONOMIA
O ano de 2005 em
retrospectiva
Rogério Mori

12
NEGOCIAÇÕES
INTERNACIONAIS
O fim dos subsídios
à exportação?
As peças do jogo

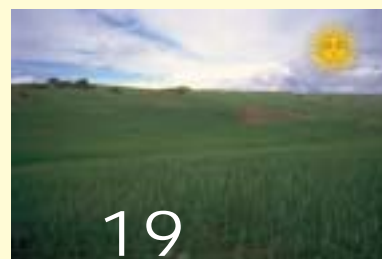


na OMC
Cássia Saretta
Gerson Teixeira

16
POLÍTICA
AGRÍCOLA
As três
reformas
na União
Europeia
Antônio
Cipriano
Afonso Pinheiro
Dirceu João Duarte Talamini



18
SANIDADE
Os riscos do
agroterrorismo



19
ARGENTINA
Relato de uma viagem
ao campo
Glauber Silveira da Silva
Luiz Nery Ribas

21

PRODUÇÃO

Para entender
o agronegócio

Marina Ariento,
Antonio Carlos Giuliani,
Nadia Kassouf Pizzinatto e
Eduardo Eugênio Speers

22

SAFRA
2005/2006

Expectativa de
safra recorde

As perspectivas
da soja

Falta de
investimento
reduz colheita
de trigo



30

LARANJA

Cancro destrói
viveiros na Flórida



32

CANA-DE-
AÇÚCAR

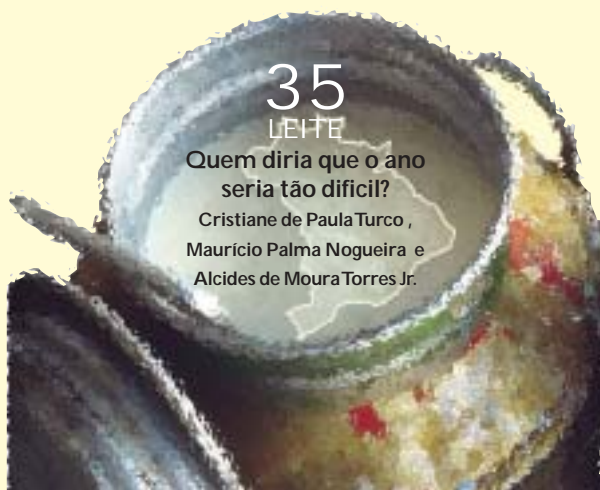
Sucesso do flex-fuel acelera o setor



33

CAFÉ

Alta do preço faz safra crescer



35

LEITE

Quem diria que o ano
seria tão difícil?

Cristiane de Paula Turco,
Maurício Palma Nogueira e
Alcides de Moura Torres Jr.



37

TECNOLOGIA

Qualidade e inovação contra as barreiras

Félix Andrade da Silva



39

MEIO-AMBIENTE

Reflexões sobre a biodiversidade

John N. Landers



40

BIOTECNOLOGIA

O que diz a lei

43

CRÉDITO RURAL

O estoque da dívida
do campo

45

MERCADO FUTURO

Liquidação dos
contratos de milho

Luiz Cláudio Caffagni

48

LEGISLAÇÃO

Críticas ao Protocolo
de Kioto

Luiz Augusto Germani

NOVA DIRETORIA NA ABMR&A



O engenheiro agrônomo Mauricio Sampaio, diretor de operações da Bunge Fertilizantes, é o novo presidente da Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A). A posse da diretoria ocorreu no início de dezembro na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em São Paulo.

MAIS MILHO E SOJA

Dados divulgados pelo Deral, Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura do Paraná, indicam que a produção de grãos nesta safra de verão deve alcançar 21,25 milhões de toneladas, com crescimento de 28,1% em relação à colheita deste ano. Só o milho deverá render 8,7 milhões de toneladas, 35% a mais do que na safra anterior. Além de aumento de área plantada com a cultura, o Deral aposta também no crescimento da produtividade. A produção de soja deverá chegar a 11,75 milhões de toneladas, volume recorde no Estado.



EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS

Até outubro último, já haviam sido processadas 15.075 toneladas de embalagens vazias de defensivos agrícolas no Brasil. O volume supera o total de embalagens recebidas durante o ano inteiro de 2004. Os dados são do InPev.

ARROZ DO SUL AO NORDESTE

Anúncios em revistas e TVs pretendem estimular o consumo de arroz. A campanha foi lançada no início do mês pelo governador Germano Rigotto, do Rio Grande do Sul. Além das peças publicitárias, foram lançados dois selos de qualidade do arroz produzido no Rio Grande do Sul. O governo gaúcho, em parceria com o Instituto Rio-grandense do Arroz (Irga), espera aumentar, nos próximos 12 meses, em 1 quilo o consumo *per capita*/ano do cereal. A média gaú-

cha é de 17 quilos *per capita*/ano, e a nacional é de 35 quilos.

Enquanto o Sul incentiva o consumo do seu arroz agulhinha, o Nordeste valoriza o arroz-vermelho. A Embrapa Meio-Norte está lançando o livro "O Arroz-Vermelho Cultivado no Brasil", do pesquisador José Almeida Pereira, mestre em Produção Vegetal. O arroz-vermelho faz parte da dieta alimentar do nordestino. É servido com ou sem doce ou canela, mas preferencialmente cozido no leite.

ASSINE
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

e participe da publicação
que melhor acompanha
o agronegócio

0800 770 88 81

AVES E SUÍNOS DE CARA NOVA

A página da Embrapa Suínos e Aves, de Concórdia (SC), está de cara nova. Uma das novidades é o sistema de busca, que oferece mais opções para o usuário encontrar as informações que procura. O site disponibiliza mais de 800 publicações sobre sistemas de produção de suínos e aves. Também inclui o Programa Suicalc, que calcula o custo de produção de suínos. Basta acessar: www.cnpsa.embrapa.br.



BALANÇO DA LARANJA

A exportação brasileira de sucos cítricos deverá fechar o ano em US\$1,4 bilhão, repetindo a receita apurada em 2004, prevê a Abecitrus (Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos). Para 2006,

Ademerval Garcia, presidente da

Abecitrus, estima uma elevação expressiva dos preços do suco. "Os estoques estão em queda, a produção da safra brasileira será 11% menor, e a da Flórida (EUA) ainda se recupera dos danos dos furacões", explica ele.



QUANTO VALE O MARACUJÁ?

Maior produtor mundial de maracujá, o Brasil tem cerca de 35 mil hectares de área cultivada e produz aproximadamente 317 mil toneladas por ano da fruta. Estima-se que o agronegócio do maracujá seja responsável por R\$500 mi-

lhões/ano, empregando 250 mil pessoas. Cada hectare gera entre cinco e seis empregos diretos e indiretos durante dois anos, com apenas R\$12 mil de investimentos.

Esses números foram apresentados durante a 4ª Reunião Técnica de Pesquisas em Maracujazeiros, realizada de 30 de novembro a 2 de dezembro, na Embrapa Cerrados (Planaltina-DF).



BANANA NA MERENDA

Santa Catarina planeja incluir a banana na merenda escolar. O objetivo é aumentar o consumo da fruta, que sofreu graves prejuízos com os focos da sigatoka negra. A informação é da Epagri.

OS NÚMEROS DO CAFÉ



113,2

milhões de sacas é a estimativa do USDA para a produção mundial na temporada 2005/2006.

Deste total, o Brasil participa com

36,1 milhões

de sacas, segundo previsão da Conab

CONTRA O PROTECIONISMO

“Digam aos seus negociadores na União Europeia que é insustentável o subsídio concedido aos produtores agrícolas”

Luiz Fernando Furlan, ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, durante jantar na Embaixada da França, em Brasília, em 7 de dezembro de 2005



Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br

2013: o fim dos subsídios à exportação?



Embora o acordo não signifique necessariamente um avanço nas negociações, a 6ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), encerrada no dia 18 de dezembro em Hong Kong fixou a data para a eliminação dos subsídios à exportação: 2013, com redução "substancial" em 2010. O prazo de 2013 foi uma exigência dos países europeus, que contestaram uma proposta inicial de fazê-lo até 2010.

A proposta inicial da OMC para suprimir os subsídios à exportação de produtos agrícolas, como exigem os países em desenvolvimento, incluía a data de "2010" ou um "número X" de anos depois da aplicação da Rodada de Doha para eliminar os subsídios à exportação. O texto previa que os membros "aceitem elaborar modalidades que garantam a eliminação paralela de todas as formas de subvenção à exportação". Estabelece também uma lista muito detalhada das disciplinas a serem postas em andamento.

A UE se negou a fixar uma data para a eliminação deste tipo de subsídio, sob a alegação de que um acordo neste sentido não seria acompanhado por compromissos equivalentes dos Estados Unidos em relação a seus créditos à exportação, nem por Austrália, Canadá ou Nova Zelândia sobre seus monopólios de exportação.

ACESSO AO MERCADO

A respeito da questão de acesso ao mercado mediante a redução de tarifas aduaneiras, a OMC propôs aos membros que "adotem quatro bandas para estruturar a supressão de tarifas", num sistema que daria mais flexibilidade aos governos para modular as reduções tarifárias em função das categorias de produtos. Para os "produtos sensíveis", houve acordo de que quanto maior for o desvio a respeito da redução tarifária, maior será o aumento

das cotas", diz a proposta.

Como já é aceito o princípio de que se um país decidir proteger um produto com tarifas mais elevadas, deve compensar os exportadores oferecendo uma cota de acesso maior, a UE, para quem a carne de boi é um produto sensível, calculou que a cota de importação passará gradualmente das atuais 500.000 toneladas para 1,3 bilhão de toneladas.

A declaração da OMC pode trazer mais algumas complicações para o Brasil. O texto demonstra uma vontade de continuar conversando, quando afirma que, para haver o fim dos subsídios, tem que ser alcançado um acordo progressivo e paralelo sobre modalidades. A questão continua aberta.

A fixação da data não é rígida. Pelo contrário, a União Européia só vai acabar com os subsídios se outras condições comerciais forem oferecidas. Ficaram estabelecidas algumas condições à retirada de seus subsídios à importação e a outras formas de subsídios dados por outros países. Antes de fixar como será feita a redução, terá de se regularizar uma série de pontos.

ELIMINAR TARIFAS

Além do fim dos subsídios agrícolas às exportações, ficou acordado na Ministerial, entre outras medidas, que os países ricos devem eliminar tarifas e cotas de 97% de suas importações provenientes dos 50 países mais pobres do mundo.

Ainda é prematuro para se traçar um balanço definitivo. Contudo, alguma apreensão pode ser levantada para os setores de agricultura e bens industriais em função do futuro "acordo de modalidades". É o caso, por exemplo, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) ser interpretado como uma política protecionista. ■

Agenda apertada

Quanto aos bens industriais, tudo depende da redução do nível de proteção à importação. Com a redução das tarifas, alguns setores ficam expostos à importação de bens industriais de outros países. Os calçados chineses já são um problema real e algumas medidas protecionistas poderão ser adotadas pelo Brasil.

A agenda é apertada. As discussões para o acordo estão marcadas para 30 de abril e 31 de julho. Na pauta, estão a questão dos subsídios à exportação de algodão e um pacote de privilégios comerciais para os países mais pobres. Não ficou determinado, no entanto, o teto de produtos "sensíveis" sobre os quais os países em desenvolvimento podem aplicar tarifas mais altas.

A declaração final também deve estabelecer as medidas sobre os créditos à exportação, as garantias desses créditos ou programas de seguros, assim como os das empresas comerciais estatais e de ajuda alimentícia devem estar completadas em 30 de abril de 2006, como parte das modalidades dos acordos.

A tomar por base que não conseguiram avançar na discussão durante o ano todo, seis meses para desmontar o impasse criado parece ser um prazo bem exíguo para concluir as negociações da Rodada de Doha.

A falta de perspectivas nas negociações decorre da diferença de posição entre EUA e a UE. Se os EUA apresentaram uma proposta ambiciosa, por outro lado, a condicionaram à abertura de mercado, especialmente o da UE. A oferta americana em relação a apoio interno é considerada muito insuficiente, apesar da flexibilidade e disposição para continuar na negociação. Já a UE, além de ter avançado um pouco na proposta de redução de apoio doméstico, fez uma oferta tímida de acesso a mercado e alega que não pode melhorá-la. Criou-se um impasse nessas duas questões.

As peças do jogo

O fim dos subsídios à exportação foi acordado pelos países-membros da OMC em julho de 2004, como demonstração de uma intenção para continuar com o avanço na abertura dos mercados agrícolas, prevista na Rodada de Doha, lançada em 2001, na capital do Qatar.

A determinação de um prazo ficou para ser estabelecida na 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida entre 13 e 18 de dezembro último, com a participação de 149 países. O encontro começou com expectativas negativas devido às dificuldades na questão da agricultura, mas necessitava avançar nas negociações de Doha para terminar a rodada em 2006.

O G20 (21 países em desenvolvimento, exportadores agrícolas, liderado pelo Brasil e pela Índia) propunha um corte médio de 54% nas tarifas dos países desenvolvidos, e a proposta da União Européia é de um corte médio de 39%. Cerca de 8% dos produtos (176 itens no total) são considerados sensíveis (não sujeitos ao corte médio) e de interesse do Brasil, tais como as carnes bovina, de frango e suína, açúcar, etanol, leite em pó, manteiga, banana, milho, trigo e arroz.

Para o Brasil, não há interesse em anular as sensibilidade, face à sua necessidade de proteger setores da indústria nacional. O importante é negociar regras diferenciadas para países em desenvolvimento e países desenvolvidos. O raciocínio é de o primeiro fazer algumas concessões a mais em relação principalmente ao segundo.

Como os europeus afirmavam estar no limite da capacidade negociadora para melhorar a sua oferta, os Estados Unidos tendiam a seguir no mesmo caminho, talvez, até sem manter sua oferta em subsídios internos.

Na verdade, ambos pretendiam avançar nas negociações para li-

beralizar a agricultura mundial, mas às custas de concessões recíprocas e de outros membros da OMC, pois achavam suas ofertas atuais suficientes e que não deviam ir mais longe.

Tanto o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, quanto o secretário de Estado de Agricultura dos EUA, Mike Johanns, disseram que as ofertas agrícolas apresentadas são válidas e "ambiciosas", e, por isso, seriam mantidas como base para a negociação.

Para Mandelson, que junto com a comissária de Agricultura, Mariann Fischer Boel, negocia em nome da UE, não seria um bom sinal apresentar uma nova oferta, porque, antes, é preciso avançar em outros capítulos da negociação (bens industriais e serviços). Enquanto os europeus conclamavam outros países desenvolvidos a oferecerem propostas agrícolas que se igualem à UE, Brasil, Índia, Japão e EUA faziam reuniões prévias para se aproximarem em suas posições.

UNIÃO EUROPÉIA

A proposta da UE sugeria principalmente uma redução média de tarifas agrícolas de 46%, o que, para alguns produtos, seria de 60%, assim como um corte de 70% nas ajudas internas que distorcem o comércio e o fim dos subsídios à exportação de produtos agrícolas.

A oferta permitia um "aumento substancial" da abertura de mercados e refletia os interesses de todas as partes, explicaram fontes da direção de Agricultura da Comissão Européia (CE, órgão executivo da UE). A Comissão calcula que a iniciativa pode representar um aumento de 150% das importações bovinas à UE e uma queda de 25% das exportações européias de produtos avícolas, ambos produtos de interesse para o Brasil e a Argentina.

A expectativa era de que a UE pedisse o fim das ajudas à exportação agrícola em todos os países desenvolvidos e um outro tipo de apoio às vendas exteriores, como os monopólios estatais que há na Austrália, na Nova Zelândia e no Canadá. Já os americanos justificariam suas propostas sob o argumento de que um acordo sobre o acesso aos mercados passaria por "um meio termo entre o que propõem os EUA e o G20".

O G20 e os EUA pediam que a UE aumentasse suas reduções nas tarifas agrícolas além de 60% e, em alguns casos, sobretudo no Brasil, reivindicava reduções de até 90%. O secretário de Agricultura americano defendeu a necessidade de avançar esta semana para acabar com as ajudas "que distorcem mais o mercado". Segundo ele, além das subvenções, há "outro tipo de barreira" às trocas comerciais. ■

A proposta brasileira

O Brasil estava disposto a cortar tarifas para a entrada de bens industriais no País, caso a União Européia melhore a oferta de acesso de produtos agrícolas para países em desenvolvimento. A oferta nacional se encaixa na chamada Fórmula Suíça 30 e representa um corte de 50% na tarifa consolidada autorizada pela Organização Mundial do Comércio, mas não necessariamente aplicada nos diferentes segmentos da indústria.

A tarifa consolidada média e máxima aplicada pelo Brasil, para bens industriais, é de, respectivamente, 35% e 30%. Se passar da tarifa média de 30% para 15%, 2750 linhas tarifárias [produtos] terão algum corte na tarifa aplicada, explica. Na prática, porém, o impacto seria bastante variado. O setor automotivo, por exemplo, com uma tarifa aplicada de 35% (equivalente à tarifa consolidada máxima), teria uma redução significativa. Têxteis e calçados são outros setores que sofreriam cortes mais drásticos a partir da oferta brasileira.

Prioridades do agronegócio nacional na Rodada de Doha



O agronegócio brasileiro tinha definido suas prioridades quanto às negociações da Rodada Doha, em documento divulgado no começo do novembro pela Confederação da Agricultura (CNA), com destaque para a dependência crescente do setor das negociações para abertura do mercado aos produtos brasileiros no exterior.

A agricultura foi excluída da rodada anterior de negociações - a Rodada do Uruguai, encerrada em 1994 -, que priorizou produtos não-agrícolas. Atualmente, a principal preocupação para os produtores industriais é reduzir tarifas. Mas os grandes agricultores ainda dependem de acordos sobre eliminação de subsídios e acesso a mercados.

O texto foi aprovado pela Câmara Temática de Negociações Agrícolas Internacionais do Conselho do Agronegócio (Consagro) do Ministério de Agricultura, e os produtores agrícolas pedem o corte de todos os subsídios distorcivos, conforme foi proposto pelo G-20.

Outras demandas são:

- a) Redução do teto da chamada Caixa Azul - que inclui subsídios que são admitidos, em parte, pela OMC. São formas de subsídios agrícolas considerados distorcivos pela OMC, mas que têm limitações quanto à produção e área plantada.
- b) Adoção de disciplinas rígidas por produto, a fim de garantir que os programas incluídos na Caixa Azul sejam menos distorcivos do que os

pagamentos de Caixa Amarela - que compreende as políticas internas de preços de mercado e os pagamentos diretos aos produtores. Tais políticas estão sujeitas a limites de uso global e determinado, assim como acordos de redução.

O agronegócio brasileiro também quer garantias de que os subsídios da Caixa Verde sejam isentos de compromissos de redução. Na Caixa Verde, estão as medidas de apoio doméstico no caso de desastres, os programas governamentais de pesquisa, extensão rural, infra-estrutura e controle de pestes e doenças. Os produtores temem, por exemplo, que certos subsídios migrem para a Verde como forma de burlar os novos limites impostos na Caixa Amarela e na Caixa Azul.

Também preocupa a possibilidade da prorrogação da Cláusula da Paz, pela qual os países que se sentissem prejudicados por distorções no comércio agrícola se comprometiam a não entrar com processos de queixa na OMC até 31 de dezembro de 2003.

Com relação ao acesso a mercados, o tratamento dos produtos sensíveis definirá o nível de ambição das negociações. Os principais produtos de interesse do Brasil serão selecionados como "sensíveis" por países desenvolvidos e em desenvolvimento, ficando de fora da regra geral de corte de tarifas. Por fim, a recomendação para fixar um prazo limite de cinco anos para o fim dos subsídios à exportação foi negociada em julho de 2004 pelos membros da OMC.

DOCUMENTOS PRÓ-NEGOCIAÇÃO

No final da primeira reunião formal do G20, durante a 6ª Reunião Ministerial da OMC, foi distribuída uma nota que apontava "como a causa da maior distorção estrutural no comércio internacional na agricultura a combinação de tarifas elevadas, apoio doméstico e subsídios à exportação que protegem produtores ineficientes

nos países desenvolvidos".

Também o grupo que representa os países ricos e agro-exportadores - como Austrália e Canadá - emitiu uma nota em conjunto com o G 20, em prol da redução de subsídios agrícolas. O documento marcou a segunda união bem-sucedida dentro da 6ª Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Outro documento lançado pode ter marcado o nascimento do G 110 - nome usado por alguns negociadores para batizar a possível união entre a maioria das nações do Sul do Planeta.

Em nota conjunta divulgada pelos membros do G 20 e do Grupo de Cairns, foi reafirmado que o motor das negociações deve ser a agricultura e foi enfatizado, dois dias antes do encerramento da conferência, que a dinâmica da negociação requer movimentos por parte da União Européia e dos Estados Unidos.

"Conclamamos os principais membros a demonstrarem a necessária flexibilidade para garantir que possamos concluir as negociações em 2006 e cumprir as promessas da Agenda de Doha para o Desenvolvimento", diz o documento.

Face à ausência de perspectivas de progresso em outros temas, a pressão tem se concentrado em um tema teoricamente simples: a fixação de uma data para o fim dos subsídios à exportação - a eliminação de tais subsídios já havia sido acordada em julho de 2004.

Em conjunto com o grupo de Cairns, os países do G 20 pedem "progressos" no chamado tratamento especial e diferenciado, também já acertado em julho do ano passado, incluindo produtos especiais, mecanismos de salvaguarda especial e temas como produtos tropicais. Os membros das duas alas são: África do Sul, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, Malásia, México, Nova Zelândia, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue. ■



Os bens ambientais na OMC

Cássia Saretta *
Gerson Teixeira **

A questão ambiental aumenta o seu poder de permear as diversas esferas definidoras das políticas públicas e das estratégias e condutas do setor privado. Este fato decorre de a proteção ao meio ambiente se converter em valor social, ou seja, passar a ser vista como algo fundamental para a sobrevivência humana.

Com a validação social da temática ambiental, as políticas públicas e as estratégias empresariais tratam de forma mais pragmática da inserção da questão ambiental, seja por sobrevivência política, econômica ou comercial. Se esse processo é positivo para o sucesso da implementação das políticas ambientais, por outro lado, pode ser deturpado pelo viés econômico.

É interessante analisar como a

questão ambiental é conduzida no âmbito das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), principalmente no tocante às distorções do seu objetivo de proteger e preservar o meio ambiente.

DEFINIÇÃO

Embora os antecedentes históricos sobre o tema Comércio e Meio Ambiente datem da década de 1970, o Comitê de Comércio e Meio Ambiente (CTE) veio a ser estabelecido em 1994. O seu objetivo é melhor identificar as relações entre as medidas de comércio e as ambientais, para promover o desenvolvimento sustentável e inferir no sistema de negociações multilaterais. O desenvolvimento sustentável pressupõe que a dinâmica comercial deve ser justa e

gerar efeitos ambientais e sociais positivos.

O enfoque principal discutido no CTE atualmente é a definição consensual de Bens Ambientais, para gozar de redução ou isenção de barreiras tarifárias e não tarifárias, pois proporcionam benefícios à qualidade do meio ambiente.

Contudo, face à complexidade e aos interesses políticos e econômicos das negociações multilaterais, o debate muitas vezes fica carregado de distorções e viés comercial.

Se a Declaração Ministerial de Doha, acordo da OMC para a firmar as regras de suporte à liberalização do comércio, foi voltada aos aspectos desenvolvimentistas, por outro lado, a discussão no CTE não reflete o acordado.

A proposta de vários países desenvolvidos, como os da OCDE, parte de uma abordagem de lista de bens ambientais, definidos pelo seu uso final, como a recuperação de danos ambientais, o controle da poluição, o manejo de recursos naturais e a tecnologia limpa. O objetivo se aproxima mais da vertente comercial, com vistas a ganhar mercado, sem estar realmente fundamentada nos benefícios ambientais.

A sugestão é desinteressante para os países em desenvolvimento, tanto por refletir uma profunda assimetria Norte-Sul como por não ser de uso exclusivo para o benefício ambiental, pois possui múltiplas formas de uso. Os países desenvolvidos são os principais produtores dos

O que interessa para o Brasil

A discussão defendida pelo Brasil no documento submetido à OMC¹ é no sentido de que as negociações contemplem a perspectiva desenvolvimentista. Do ponto de vista dos interesses dos países em desenvolvimento, isso significa contemplar a transferência de tecnologia, o tratamento especial e diferenciado, as diversidades e interesses nacionais, entre várias outras questões.

As negociações deveriam se pautar por critérios ambientais, com a consideração de algumas questões, atualmente excluídas, como, por exemplo, os métodos e processos de produção dos produtos (PPMs).

Um bem por si só, em muitos casos, não pode ser definido como bem ambiental. Isso passa pela análise

dos métodos e processos de sua produção, que são fundamentais. Como definir os produtos do agroextrativismo como bens ambientais, sem saber o método e processo de sua produção.

Outro critério seria hierarquizar bens a partir de seu benefício ambiental, seguindo a lógica de produzir um benefício maior do que aqueles que possuem distintas finalidades.

A percepção é de que a correlação de forças na OMC favorece a abordagem simples de lista. Assim, o debate sofre o viés para a questão comercial em comparação com a ambiental. O caminho deveria ser o contrário, ou seja, o aspecto ambiental, o desenvolvimento econômico e a redução da pobreza motivarem as questões comerciais.

bens ambientais propostos nas listas. Mais de 90% desse mercado são dominados pelos países da OCDE, tendo à frente os EUA, a União Européia e o Japão.

Por outro lado, os países em desenvolvimento são importadores líquidos desses bens. No Brasil, de 2002 a 2004, as importações subiram 23%. O valor está em US\$4,2 bilhões e a taxa potencial de crescimento é alta².

As múltiplas formas de uso dos bens ambientais podem ser entendidas por meio de exemplos de produtos inseridos na lista, como bicicletas, fornos de microondas, cloro, termômetros, pirometros, barômetros, reservatórios, tanques e contêineres de aço ou ferro, condensadores de vapor, peças de maquinário etc. Como todos eles podem ter uma destinação bem variada, a sua justificativa ambiental se torna questionável.

Há toda uma diversidade de bens inseridos na lista consolidada³ submetida ao CTE, sem critério de diferenciação ou hierarquia entre os mesmos.

Na definição dos bens ambientais, a Índia propôs uma abordagem por projetos designados pela autoridade nacional. A abordagem dá maior margem para as políticas nacionais e ameniza o problema do uso múltiplo dos produtos. Os mesmos teriam uma redução ou isenção tarifária quando tivessem sua destinação ambiental. ■

* Analista ambiental da Diretoria de Economia e Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; cassia.saretta@mma.gov.br

** Diretor de Economia e Meio Ambiente da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente; gerson.teixeira@mma.gov.br

¹TN/TE/W/59. 8 de julho de 2005.

²Esta estatística se refere à lista proposta pela OCDE/APEC.

³A lista consolidada se refere ao trabalho de consolidação realizado pelo secretariado da OMC, no sentido de aglutinar numa só proposta todas as propostas de listas submetidas pelos membros ao CTE.

POLÍTICA AGRÍCOLA



As três reformas na União Européia

António Cipriano Afonso Pinheiro *

Dirceu João Duarte Talamini **

Desde a criação da Política Agrícola Comum (PAC), em 1958, se pode distinguir três períodos embasados por uma filosofia diferente.

• Primeiro: da sua criação até à reforma de 1992.

• Segundo: de 1992 até a reforma que entrou em vigor em 1º de Janeiro de 2005.

• Terceiro: não se sabe se o último, de 2005 em diante.

A lógica subjacente à criação da PAC estava no produto, sem visar ao agricultor. O objetivo fundamental era aumentar rapidamente a produtividade da terra e do trabalho, por meio do estabelecimento e sustentação de preços altos para os produtos. O nível de vida dos agricultores aparecia apenas como corolário.

Com isso, houve aumento da produção das designadas *commodities* (cereais, carne bovina e leite), junto com problemas sérios de

natureza econômica, social e ambiental, tais como:

- alocação pouco racional dos recursos. Os agricultores produziam porque tinham preços garantidos, sem levar em conta as vantagens comparativas. Exploravam culturas para as quais não tinham conhecimentos tecnológicos;
- falta de equidade na distribuição das ajudas aos agricultores. O apoio era proporcional ao volume de produção e representava uma parte do preço recebido. O tamanho da produção era proporcional ao benefício. Isto criou, naturalmente, muitas injustiças entre países e agricultores de um mesmo país;

- uso excessivo de fatores de produção (adubos, fungicidas, pesticidas e outros), além do ambiental e economicamente recomendável;

Chegou um momento em que as despesas com a PAC consumiram cerca de 60% do orçamento

total, um dos principais motivos da primeira grande reforma.

CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

A reforma de 1992 ocorreu também pela pressão da Organização Mundial do Comércio para a União Européia (UE) reduzir os apoios à agricultura. Assim, o enfoque principal da PAC passou do produto para o produtor. O agricultor europeu é erigido à categoria de guardião do espaço rural, com as funções de agente fundamental do desenvolvimento e do ordenamento do território e da proteção do ambiente.

A reforma introduziu os apoios desligados do volume de produção, as chamadas ajudas diretas (por animal e por hectare), e criou um segundo pilar de apoio do desenvolvimento rural.

A agenda 2000, considerada a reforma mais radical e mais global da PAC, veio dar continuidade e aprofundar o processo iniciado em 1992, tentando, de forma desesperada e precária, lhe prolongar a vida.

Apesar de todas as tentativas e das sucessivas medidas tomadas, a agricultura da UE, especialmente nas chamadas *commodities*, continuava a ser fraca. Seus agricultores usufruíam preços mais elevados ou maiores apoios do que os dos seus homólogos externos.

Por outro lado, como os apoios continuavam ligados à produção, traziam consequências desfavoráveis ao ambiente. Finalmente, as iniciativas tímidas de desenvolvimento rural não produziam os objetivos almejados. Em muitas regiões, a agricultura deixou de ser competitiva e sofreu uma forte desertificação, com os novos preços. Tudo isso criou a consciência da necessidade de transferir fundos do primeiro para o segundo pilar da PAC e de criar novos instrumentos em matéria de desenvolvimento rural.

A PAC tem também originado problemas para os consumidores, habituados com os mercados per-

manentemente abastecidos de produtos, que passaram a ter maior preocupação com a saúde e a segurança alimentar.

Os últimos acontecimentos, relacionados com o mal da vaca louca, nitrofuranos e organismos geneticamente modificados, mostraram bem como os consumidores reagem a problemas ligados à saúde humana. Cada vez mais, as pessoas com elevado poder de compra se dispõem a pagar mais para minimizar o risco de comerem produtos que são possíveis causadores de problemas de saúde. A garantia, a certificação e a rastreabilidade dos produtos passam a ser encarados como um prêmio de seguro de saúde.

Tudo isso, por si só, justificava uma nova e profunda reforma da PAC, mas a razão principal se prendeu à falta de viabilidade financeira da antiga PAC, num contexto de expansão da UE para 25 países.

OS DEZ NOVOS PAÍSES

A expansão e a integração dos 10 novos países (UE N10) foram um dos maiores desafios à Europa desde sua divisão, após a Segunda Guerra Mundial. São nações com estágio de desenvolvimento e problemas econômicos, sociais e culturais muito diferentes dos da maior parte dos países da UE-15. As grandes disparidades na agricultura da UE-15 perderam significado quando comparadas à grande discrepância entre os países agora integrados (o PIB *per capita* da Bulgária é um terço do da Eslovênia).

Na UE N10, com muita diferença na estrutura das empresas como na produtividade e no rendimento, o setor agrícola ainda desempenha um papel muito importante na formação do PIB e na geração de empregos. Um grande número de pequenas empresas e sistemas de agricultura de subsistência coexiste com um setor emergente de grandes empresas agrícolas comerciais.

A Polónia tem dois milhões de

empresas agrícolas, dos quais, uma grande parte é de subsistência ou semi-subsistência; cerca de 57% com menos de 5 hectares e apenas 8,5% com acima de 15 hectares. A tecnologia é obsoleta. O investimento é quase nulo e esconde um grande subemprego.

Embora tenha produtividade marginal do trabalho próxima de zero, o setor agrícola desempenha o papel de "amortecedor social", no sentido de alimentar a população sem emprego em outros setores da economia. Qualquer processo de reestruturação ou de aplicação de medidas de integração que gere maior desemprego só deverá ser implementado se, antes ou ao mesmo tempo, encontrarem outras fontes de emprego ou rendimento.

IMPACTOS DA INTEGRAÇÃO

Em resumo, a integração dos novos países na UE aumentará a população em 28%, e o PIB, em 11%, medido em unidades de poder de compra¹. Ao nível do setor agrícola, a área agrícola aumentará em 45%, a mão-de-obra duplicará e o número de empresas agrícolas aumentará 74%².

Neste cenário a aplicação da atual PAC aos novos países causará inúmeros problemas, sendo que para alguns, os apoios dados atualmente à agricultura incrementarão o rendimento familiar, aponto dos agricultores, pura e simplesmente, deixarem de trabalhar. ■

* Professor catedrático do Departamento de Economia da Universidade de Évora. Endereço eletrônico: acap@uevora.pt

** Pesquisador da Embrapa Suínos e Aves; talamini@cnpsa.embrapa.br

¹ Comissão Européia; *Diretório Geral para Agricultura: Analysis of the impact on agricultural markets and incomes of EU enlargement to the CEECs*, março de 2002.

² Parlamento Europeu, *Relatório da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural - RR/47267PT.doc*. Relatório: Karl Erik Olsson.

Os riscos do agroterrorismo

Susceptível com a eminente entrada de novas pragas e doenças, o Brasil precisa se armar 'com unhas e dentes' para enfrentar a chamada "bio-globalização". A movimentação crescente em escala global de pessoas e bens dissemina, nos quatro cantos do Planeta, fungos, bactérias, vírus e ácaros.

Muitos agentes são tão devastadores à produção e à economia nacional quanto os focos de febre aftosa de Mato Grosso do Sul.

Coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), um grupo estratégico de estudiosos e pesquisadores traçou um quadro preocupante em curto prazo. Os riscos de bioterrorismo e agro-terrorismo são crescentes. O caso extremo e assustador é o da gripe aviária, que se deslocou da Ásia para a Europa.

Há uma crítica velada na implementação de medidas preventivas pelo Brasil, no sentido de evitar a chegada de bens e produtos carregados desses minúsculos e perniciosos agentes de doenças.

BICUDO E FERRUGEM

Sob a ótica da produção nacional, ao promover a introdução intencional de pragas e doenças, a "bio-globalização" é uma grande ameaça. Como motivo de investigações pelo governo, existem casos passados que sugerem a prática de bioterrorismo e agro-terrorismo contra o Brasil.

Nos anos 70, entrou pelo aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), diretamente dos Estados Unidos, o vetor do bicudo, praga que dizimou a cotonicultura de São Paulo, Paraná e do Nordeste do País.

Em 2003, aconteceu a introdução da ferrugem asiática da soja.

Havia registros de esporos do fungo no Paraguai, a 200 quilômetros da fronteira nacional. Logo após, a doença apareceu no meio de Mato Grosso. Na época, o governo protestou contra a presença de um funcionário do Departamento de Agricultura dos EUA na região por sua suposta participação na introdução do fungo.

Uma das consequências imediatas do agro-terrorismo é o impacto nas transações comerciais de países. O embargo chinês à soja brasileira por causa de sementes contaminadas por agrotóxicos trouxe enormes prejuízos.

Com capacidade de dizimar as lavouras do Sul da Bahia, a monília do cacaueiro é uma das principais ameaças ao Brasil. Sua agressividade pode superar a vassoura-de-bruxa porque fica durante oito meses nos hospedeiros. A praga foi identificada no Peru e pode entrar no País pelo Acre.

BESOIRO

Já o besouro asiático, incrustado em embalagens de madeira, pode destruir as plantações de pinus e eucaliptos, enquanto a cochonilha rosada ataca mais de 100 espécies

de frutas e o ácaro do arroz é um risco para as tradicionais plantações do sul do País.

Na área animal, o registro do mal da vaca louca, que atinge o sistema nervoso dos animais e tem uma variante humana (o mal de Creutzfeldt-Jacob), fecharia todos os mercados para a carne bovina nacional e teria um impacto brutal nas vendas internas. O Brasil cresceu no mercado externo justamente a partir da do mal da vaca louca na Europa e nos EUA.

Com ameaça de virar uma pandemia, a gripe aviária seria um desastre à produção nacional, sem considerar que pode se tornar uma doença que afeta os seres humanos.

Diante da escassez de recursos financeiros, humanos e materiais, as atuais estruturas de fiscalização e vigilância nos principais pontos de entrada no País não trazem a segurança necessária para o Brasil. Está na hora de uma convergência institucional e real interação do governo com o setor privado. Uma interação mais forte, por exemplo, entre os Ministérios da Agricultura, do Meio Ambiente e da Saúde.

Está em discussão a proposta de criação do sistema nacional de segurança biológica e de um plano estratégico de vigilância de portos, aeroportos e fronteiras. A Embrapa e a Abin trabalham em conjunto com o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTAM), que reúne Ministério da Defesa, Polícia Federal e os comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica. Embora não haja risco zero, existem instrumentos e conceitos de gestão para minimizá-lo. Uma vez sabido que da Amazônia se origina grande parcela das principais ameaças ao País, cabe um conjunto de medidas específicas, pois senão as fronteiras poderão continuar totalmente descobertas para a livre entrada de pragas e doenças. ■





Glauber Silveira da Silva *
Luiz Nery Ribas **

Em viagem recente à Argentina, participamos de uma série de reuniões com profissionais que atuam no agronegócio do país, das quais coletamos informações importantes.

Na área de seguro, durante reunião com a AGF, soubemos que o governo argentino no início subsidiou e apoiou o seguro, mas com o tempo manteve a postura de agente fomentador e fiscalizador. As operações cobrem 65% da produção estimada, ou seja se a produção estimada por hectare é de 50 sacas, a cobertura é de 32,5 sacas. O custo varia de 2 a 6% , conforme a região, o histórico e se há multirrisco ou não.

Considerada uma ferramenta de segurança , aparece agregada como um insumo no custo de produção. Na fase inicial, devido as dificuldades de implantação, foi desenvolvido um *pool* de produtores para dar credibilidade ao processo. É preciso um período de tempo para se criar uma tradição

e disseminar as operações. Um dos maiores problemas consiste em formatar o seguro por regiões, visto que os riscos são distintos. A solução passa pela criação de fundo de auto-seguro para viabilizar a entrada das seguradoras..

INSUMOS

Na Câmara da Indústria de Fertilizantes e Agroquímicos, verificamos que as empresas produtoras de fertilizante possuem plantas de produção de Super Simples. São nove empresas privadas de fertilizantes e uma cooperativa. É freqüente negócios pelo sistema de troca.

O cooperativismo não é grande apesar de ter incentivos fiscais como no Brasil, porém paga impostos na comercialização de 23% como os outros agentes.

O mercado de agroquímicos na argentina movimenta por ano US\$ 800 milhões. Nele atuam as grandes multinacionais comuns no Brasil e mais algumas empresas

nacionais,. Metade do consumo é de fabricação nacional, e a outra metade, importada. Outros pontos importantes anotados na parte de registro foram de seguir a regra da FAO/OMC - Registro por Similaridade Química das Substâncias Ativas, demorar em média oito meses no caso de um genérico e custar em média US\$ 15 mil.

PRODUÇÃO

Estivemos também na Sociedade Rural Argentina (SRA), fundada em 1986 e principal referência da atividade agropecuária no país. Tem

Argentina: área cultivada (milhões de ha - safra 2004/05)

Soja: 11,06
Trigo: 6,06
Girassol: 2,02
Milho: 3,04

Argentina: seguro rural

Apólices emitidas em valor: US\$ 97 milhões
Apólices emitidas em quantidade: 11 milhões
Superfície segurada: 102.204 ha
Sinistros cobertos: US\$ 50 milhões

um peso político importante e sua opinião é altamente qualificada e respeitada.

A soja é a principal cultura plantada na Argentina, com maior recolhimento de impostos, de 23% sobre a venda. Representa atualmente

63% do valor bruto da produção agrícola pampeana. Exporta 95% como grão, óleo e farelo, cerca de um quarto do total do país.

O uso de fertilizantes na sojicultura é muito pequeno, em média, 50 quilos por hectare. Contudo, a cada ano, há aumento com relação ao fósforo.

O solo é muito rico em potássio.

Metade da área plantada com soja é arrendada. O custo do arrendamento de um hectare vai de US\$ 120 a US\$ 250, conforme a localização. Uma área cujo valor venal do hectare é de US\$ 2 mil paga menos, mas existem áreas cujo valor é de US\$ 5 mil. Existem arrendamentos de 20 anos.

Na área da mecanização agrícola

Argentina: pontos fortes na soja

- Baixo uso de fertilizantes em função da alta fertilidade do solo local
- Distância máxima de 300 km do porto (90% do transporte se dá por estradas de terra)
- Redução do uso de herbicidas após a soja transgênica
- Não aparecimento da "ferrugem da soja"
- Taxa de câmbio

cos e *tradings*, não há participação do governo. Para a aquisição de máquinas os juros praticados são geralmente de 12% sobre o peso, com prazo de pagamento geralmente em 3 anos.

Na área de ecologia e trabalho, as pressões exercidas pelas ONG's (Organizações não governamentais) são similares às do Brasil. O governo passou a impor severas regras para certas regiões, principalmente as novas fronteiras agrícolas que antes eram apenas cultivadas para a pecuária.

ASSOCIATIVISMO

Em 1957, um grupo de produtores se associou para unir forças, trocar experiências e buscar novos sistemas, com o objetivo de solucionar os problemas de suas empresas e promover o melhoramento das técnicas de produção utilizadas. A filosofia do CREA (Consórcio Regional de Experimentação Agrícola) foi a de vincular valores tais como solidariedade, respeito ao lugar, cuidado com o solo e os recursos naturais em geral.

A agricultura na Argentina passou por severas crises. Cerca de 30% dos produtores tiveram que sair da atividade. Em todo o mundo, o setor peca por conservadorismo e individualidade.

O perfil institucional do CREA leva a um trabalho diferenciado em grupos de produtores, com intercâmbio de idéias regionalizadas, compartilhamento de experiências e conhecimentos, de modo a resultar em crescimento econômico sustentável para as empresas associadas.

A instituição pretende que o produtor transite o caminho do trator à camionete e daí ao escritório. Uma transição de produtor a empresário

acompanhada e assessorada pelo CREA. É uma organização sem fins lucrativos, com a missão de transferir a experiência obtida no meio, em prol do desenvolvimento do setor agropecuário do país.

O CREA tem função fundamental na formação e capacitação de todas as pessoas que integram a cadeia produtiva, pois só assim haverá delegação de tarefas e confiança em toda a unidade econômica rural. Há assessoria técnica na parte operacional, sem envolvimento nas questões comerciais. Conta com 1600 produtores associados dedicados a diversos tipos de atividades agropecuárias, 180 assessores técnicos, 154 grupos em 17 regiões.

O grupo faz reuniões mensais entre 8 a 12 produtores, acompanhados de um assessor, que, em 95% dos casos é Engenheiro Agrônomo, para prestar informações e capacitação. Destes encontros geram planos de trabalho anuais. A troca de informações, a confiança como palavra-chave, para todos, abrem suas propriedades, em números, ações e formas de condução, na busca do melhor para cada um. O grupo discute e critica para encontrar soluções práticas, econômicas e tecnicamente viáveis.

Em síntese, o CREA trabalha sobre a base de que a Argentina agrícola é a forma mais forte e firme de levar o desenvolvimento ao país. Um exemplo de que a atividade gera trabalho, emprego e renda a local de pequena população, aonde à indústria nunca chegará.

O objetivo maior do CREA é solidificar este novo conceito da questão agropecuária e a cadeia alimentar, onde a indústria, fornecedores, parceiros e todos ligados ao setor devem trabalhar em conjunto, com ganhos para todos e qualidade no que se busca.

■

* Vice-presidente da Aprosoja, Secretário da Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente de Campos de Julio-MT e presidente do Sindicato Rural de Campos de Julio
** Secretário-executivo da Aprosoja

Argentina: incidência de impostos

- Agroquímicos: 21% na forma de retenção que depois são recuperados
 - Sementes: 10,5%
- Grãos: 20% no mercado interno e 23% para exportação
 - Importação 6%

la, 75% é terceirizada, sendo um setor altamente organizado. Cerca de 95% da soja plantada é transgênica, sem problema para exportar. Os mercados de destino são basicamente China, Índia e Europa.

IMPOSTOS

O biodiesel é pouco difundido e incentivado na Argentina, pois são auto-suficientes no petróleo, e o óleo diesel custa US\$ 0,45 o litro. O gás é bem usado na Argentina e seu custo é muito barato. A energia renovável não parece ser prioritária neste momento para a sociedade e o governo.

Apesar dos altos impostos incidentes sobre a produção rural, os produtores argentinos não enxergam possibilidade de uma redução em curto prazo. Existe uma dose de consciência da sua pouca representação política.

CRÉDITO

A concessão de crédito aos produtores é feita por particulares, ban-

Para entender o agronegócio

Marina Ariento *

Antonio Carlos Giuliani, Nadia Kassouf Pizzinatto e Eduardo Eugênio Speers **

Como em qualquer ramo de atividade, os empreendimentos do sistema mercadológico do agronegócio devem gerar lucros e ter condições de competitividade para garantir a sobrevivência em longo prazo. A competitividade pode ser definida como a habilidade de uma organização fabricar produtos melhores do que os de seus concorrentes, de acordo com os limites impostos por sua capacitação tecnológica, gerencial, financeira e comercial.

Inserido no sistema agroindustrial, sinônimo de complexo agroindustrial ou cadeia produtiva, o agronegócio é um setor com uma sequência de operações interdependentes, cujo objetivo é produzir, modificar e distribuir o produto. Entende-se por agronegócio um termo que combina agricultura e negócio. Ao definirem o agribusiness, Davis e Goldberg o visualizaram como:

"a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles".

Ao considerá-lo como um conjunto de operações, Davis e Goldberg entendem que, apesar disso, o crescimento do setor, embora conjunto, não sofre o direcionamento de nenhum dos elos. Nas palavras dos autores, "o agribusiness moderno não pode ser visto como o resultado de um plano preconcebido, mas sim como produto de forças complexas e evolutivas que atuam mais ou menos espontaneamente sem uma coordenação central".

Em 1968, Goldberg chamou o agribusiness de um sistema de *commodities*, que inclui mercado de insumos agrícolas, produção, operações de

estocagem, processamento, atacado e varejo, direcionando um fluxo de produtos agroindustriais ao consumidor final e sendo afetado por organizações que atuam no meio ambiente, tais como as instituições governamentais, Bolsas de Mercados Futuros e associações de comércio.

Ao assumir a visão sistêmica do agronegócio, diversos estudiosos o enquadram num processo que constitui um sistema – conjunto de componentes que interagem entre si – que engloba sistemas menores ou subsistemas. O sistema maior é conhecido por negócio agrícola ou *agribusiness*, composto de cadeias produtivas, caracterizadas por:

Uma sequência de operações que conduzem à produção de bens.

Articulação influenciada até a fronteira de possibilidades ditas pela tecnologia definida nas estratégias dos agentes que buscam a maximização dos seus lucros.

Relações entre os agentes de interdependência ou complementaridade, determinadas por forças hierárquicas.

Por um sistema mais ou menos capaz de assegurar sua própria transformação.

Alguns pesquisadores consideram a cadeia de produção como "a soma de todas as operações de produção e de comercialização, necessárias para passar de uma ou várias matérias-primas de base para um produto final". Essas operações de pro-

dução e comercialização são desenvolvidas nos segmentos ou elos (conjunto de agentes que desenvolvem suas ações dentro de uma determinada etapa, desde a produção da matéria-prima até o produto final) agrícolas, de processamento, de distribuição e de consumo. Fazem parte também a indústria de insumos e de bens de capital e os ambientes organizacional e institucional.

Os processos interligados do agronegócio proporcionam oferta de produtos aos consumidores finais, por meio da transformação de insumos pelos componentes. Cada insumo faz parte de um complexo agroindustrial, que engloba todos os seg-



mentos da economia envolvidos na cadeia agroalimentar.

Sem privilegiar a variável-preço no processo de coordenação do sistema, a cadeia agroindustrial focaliza aspectos distributivos do produto industrial e se aplica às atividades que transformam uma *commodity* em um produto pronto para o consumidor final.

A preocupação com os níveis de competitividade orienta as cadeias na busca por qualidade, mais produtividade, redução de custos e alianças estratégicas, como forma de enfrentar a competição no mercado interno e de estar capacitada para disputar o mercado externo. ■

* Jornalista e mestrandia em Administração da Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep.

** Docentes do mestrado da Unimep.

Expectativa de safra recorde

A produção brasileira de grãos pode chegar a 124,9 milhões de toneladas na safra 2005/06. A previsão consta do segundo levantamento de intenção de plantio da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Caso se confirme esse número, a colheita da próxima temporada será a maior da história do País: representa um aumento de 11,4 milhões de toneladas, ou 10% em relação à produção anterior, de 113,5 milhões de toneladas. A pesquisa aponta também para uma redução da área plantada, de 48,9 milhões de hectares na safra passada para um total entre 46,3 e 47 milhões de hectares, ou seja, uma queda de 5,3% a 3,7%.

MILHO

- A área de cultivo do milho da primeira safra deverá ter um aumento em relação à safra anterior, passando de 9 milhões de hectares para um montante entre 9,4 milhões de hectares e 9,6 milhões de hectares (de +4,4% a +5,9%). Já a produção deverá passar de 27,3 milhões de t para um total de 32,3 a 32,9 milhões de t (de +18,4% a +20,5%).



FEIJÃO

- Estimulado pelo preço do mercado, o grão da primeira safra também terá um aumento da área plantada, saindo de 1,16 milhão de hectares em 2004/2005 para uma quantidade entre 1,24 e 1,25 milhão de hectares (+6,5% a +7,5%). A produção vai variar entre 1,41 milhões de t e 1,42 milhões de t (de +27,9% a +29,2%).



ARROZ

- Devido aos baixos preços no mercado, o arroz sofreu uma queda na área plantada, passando dos 3,92 milhões de hectares para um total entre 3,27 e 3,36 milhões de hectares na safra atual (de -16,5% a -14,3%). Este resultado se refletirá na produção, que vai diminuir entre 1,8 milhão de t e 1,5 milhões de t (de -13,5% a -11,2%). Mato Grosso é o estado onde deverá haver maior redução, variando esta entre 55% e 50%.



ALGODÃO

- A queda do preço também atingiu o algodão, resultando na diminuição da área plantada, de 1,18 milhão de hectares para um



montante entre 0,77 e 0,82 milhão de hectares (de -35,0% a -30,1%). O tipo pluma, por exemplo, deverá sofrer uma queda na produção entre 384,1 e 312 mil t (de -29,6% a -24,0%).

SOJA - Ainda em relação à última safra, a área plantada da soja deverá cair de



23,30 milhões de hectares para um total entre 21,70 e 22,14 milhões de hectares (de -6,9% a -5%). O desestímulo à cultura é atribuído às baixas cotações do produto nos mercados internos e externos, aliado à desvalorização cambial.

O Banco do Brasil anunciou que liberou mais R\$4,2 bilhões em crédito rural às suas agências espalhadas pelo País. Com isso, os desembolsos da instituição na atual safra (2005/06), iniciada em julho, passaram a somar R\$18,5 bilhões. O banco prevê liberar até junho do ano de 2006, quando termina "oficialmente" a temporada, cerca de R\$27 bilhões no total. No Plano de Safra divulgado pelo Ministério da Agricultura no primeiro semestre, está programada a liberação de R\$44,35 bilhões em crédito rural em 2005/06, em comparação com os R\$39,45 bilhões do ciclo 2004/05.

As medidas de apoio à comercialização do governo ajudam na recuperação das cotações dos grãos. A saca de 50 kg de arroz passou de R\$16,50 para R\$22,00 no Rio Grande do Sul, enquanto a tonelada do trigo no Paraná subiu: antes, de R\$315 a R\$330 para R\$360 a R\$410.

Foram liberados R\$554 milhões pelo MAPA para apoiar a comercialização de 3,2 milhões de toneladas, dos quais, R\$290 milhões estão programados para serem executados em 2005, e o restante, viabilizado pelo orçamento da Política de Garantia de Preços Mínimos em 2006.

Até o final do ano, estão pro-

Estimativa de Plantio de Grãos - mil hectares							
Produto	safra			variação			
	2004/05		2005/06	percentual		absoluta	
	(a)	(b) Lim Inf	(c) Lim Sup	(b/a)	(c/a)	(b-a)	(c-a)
Algodão	1.179,4	766,1	823,9	35,0	30,1	413,3	355,5
Arroz	3.916,3	3.269,8	3.355,2	16,5	14,3	646,5	561,1
Feijão 1ª Safra	1.159,9	1.235,0	1.246,6	6,5	7,5	75,1	86,7
Milho 1ª Safra	9.018,6	9.414,0	9.552,4	4,4	5,9	396,4	533,8
Soja	23.301,1	21.703,2	22.138,1	6,9	5,0	1.597,9	1.163,0
Trigo	2.756,3	2.360,0	2.360,0	-14,4	-14,4	396,3	396,3
Demais	7.546,5	7.549,0	7.573,7	0,0	0,4	2,5	27,1
BRASIL	48.878,1	46.297,1	47.049,9	-5,3	-3,7	-2.590,0	-1.828,2
Fonte: CONAB/Novembro/2005							
Estimativa de Produção de Grãos - mil toneladas							
Algodão - caroço	2.128,9	1.457,1	1.572,9	-31,6	-26,1	-671,8	-556,0
Arroz	13.227,3	11.439,0	11.741,5	-13,5	-11,2	-1.788,3	-1.484,8
Feijão 1ª Safra	1.101,2	1.408,8	1.422,5	27,9	29,2	307,6	321,3
Milho 1ª Safra	27.272,4	32.286,8	32.861,3	18,4	20,5	5.014,4	5.588,9
Soja	51.090,1	47.354,3	58.529,9	12,3	14,6	6.264,2	7.439,8
Trigo	5.845,9	4.724,0	-19,2	-19,2	-1.121,9	-1.121,9	-1.121,9
Demais	12.833,3	13.998,3	14.028,1	9,1	9,3	1.165,0	-1.121,9
Brasil	113.499,1	112.668,3	120.137,0	8,1	10,0	9.169,2	11.382,1
FONTE: CONAB - Levantamento: Nov/2005.							

gramadas operações de AGF (Aquisições do Governo Federal) de mais 1 milhão de toneladas, sendo 275 mil toneladas de arroz, 337 mil toneladas de trigo, 362 mil toneladas de milho, 2 mil toneladas

de algodão, 30 mil toneladas de farinha de mandioca e 13 mil toneladas de fécula de mandioca. Além das aquisições, o governo continuará realizando operações de PEP e PROP. ■

Muita soja nos EUA

Quanto à soja, o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) manteve a estimativa de produção inalterada nos mesmos 82,8 milhões de toneladas projetados em novembro, mas voltou a reajustar para baixo os números do consumo norte-americano, agora, estimado em 78,9 milhões de toneladas. Os estoques finais do país saltaram dos 9,5 milhões estimados há um mês para nada menos do que 11 milhões de toneladas. Os novos números elevam a relação estoque/consumo para expressivos 14%.

Já os números referentes às exportações norte-americanas de soja nesta temporada 2005/06 tiveram reajustes para baixo em 1,5 milhão de toneladas, passando dos 29,3 milhões de toneladas projetados no mês passado para 27,8 milhões. Já a expectativa de aumento nos números referentes ao esmagamento nos EUA não foi atendida pelo USDA, que resolveu manter inalterada a sua projeção em 46,8 milhões de toneladas. O preço médio da soja na safra 2005/06 deverá ficar inalterado em 535 centavos de dólar o bushel (US\$ 11,79 a saca). Como os Estados Unidos terão grandes estoques finais de soja na safra 2005/06 (setembro-agosto), em torno de 10,3 milhões de toneladas, ou 380 milhões de bushels, para agosto de 2006, os preços do produto podem cair nos próximos meses. A perspectiva para os estoques de passagem é de 13% do uso total. A demanda de soja pela China diminuiu em meio à disseminação da gripe aviária, enquanto esmagadores da União Européia optam pela colza, em vez da soja, devido à forte demanda por biodiesel.



As perspectivas da soja

Joelsio José Lazzarotto*
Antonio Carlos Roessing**

O cultivo da soja na safra 2005/06 não aponta lucro líquido. A exceção é para o agricultor de alta produtividade, que, além da tecnologia, precisa esperar por condições meteorológicas melhores em relação aos últimos anos. Embora a situação não seja animadora, existe possibilidade de se adotar algumas providências para evitar prejuízo ou, pelo menos, diminuí-lo.

Para captar as maiores diferenças regionais brasileiras no cultivo da oleaginosa, foram coletados dados entre as safras agrícolas de 1998/99 e 2004/05, em três importantes locais de produção; Cascavel, PR; Palmeira das Missões, RS; e Primavera do Leste, MT.

Com relação ao uso de insumos agrícolas, cabe fazer algumas considerações:

- As mudanças na tecnologia de produção são pequenas, pois a cultura é intensiva em capital, exigindo, assim, a adoção de certos padrões técnicos, que dão a ela características bastante industriais;
- Apesar das diferenças regionais, a tecnologia de produção não apresenta grandes distinções, princi-

palmente no que se refere aos traços culturais.

- As operações do preparo do solo até a colheita, apesar das grandes variações na escala de produção, apresentam poucas diferenças quanto aos coeficientes técnicos, no sistema de semeadura direta, predominante na sojicultura brasileira.

• As maiores variações ocorrem nas quantidades utilizadas de certos insumos, principalmente fertilizantes e herbicidas; com reflexos na produção e nos resultados econômicos.

• Na Região Centro-Oeste do País, há maior emprego de fertilizantes, por três razões:

1) Agricultura mais empresarial, com escala de produção (áreas superiores a 1.000 hectares), enquanto na Região

Médias de utilização de insumos por hectare de soja: safras 1998/99 e 2004/05

Insumos	Un.	Cascavel, PR	Palmeira das Missões, RS	Primavera do Leste, MT
Calcário	t()	2,81	2,74	3,44
Herbicida dessecante 1	l	1,81	1,76	2,75
Herbicida dessecante 2	l	-	-	0,45
Inseticida - dessecação	l	-	-	0,10
Espalhante adesivo	l	1,06	0,81	0,79
Sementes	kg	63,13	66,25	59,38
Fungicida - tratam. semente	l	0,18	0,22	0,22
Micronutrientes	dose	0,80	0,80	0,68
Inoculante	dose	1,00	1,00	1,00
Fertilizantes	t	0,25	0,17	0,43
Herbicida PPI	kg	-	-	0,04
Herbicida PRE	l	-	0,80	-
Herbicida POS - 1	kg	0,06	0,60	0,05
Herbicida POS - 2	l	0,34	1,19	0,40
Herbicida POS - 3	l	0,30	-	0,37
Fungicida 1	l	0,50	0,54	0,50
Fungicida 2	l	0,60	0,60	0,50
Inseticida 1	l	0,32	0,03	0,26
Inseticida 2	l	0,45	0,19	0,60
Inseticida 3	l	1,00	1,00	-

Fonte: Elaborado pelos autores

Sul, apesar de existirem áreas grandes, normalmente, as áreas são menores (inferiores a 100 hectares); 2) No centro-oeste do Brasil, comparativamente ao sul, as propriedades rurais têm uma agricultura mais próxima do monocultivo, com maiores investimentos; 3) Com melhor fertilidade do solo, a Região Sul requer menores quantidades de fertilizantes por hectare;

- Nos herbicidas, com o cultivo do transgênico no Rio Grande do Sul, houve uma simplificação no padrão de uso dos produtos empregados no controle de ervas daninhas após a semeadura. Nos demais estados, prevalecem os herbicidas, com características distintas para controlar as ervas daninhas.

Com relação às operações agrícolas, para calcular os custos de produção sobre os coeficientes dessas operações, foram embutidos diver-

sos itens de despesa: mão-de-obra, depreciação, seguro e manutenção de máquinas e equipamentos, combustíveis e lubrificantes.

CUSTOS E RENTABILIDADE

A análise das perspectivas da safra ajuda os agricultores a tomarem decisões com base em probabilidades bem calculadas sobre o resultado do empreendimento. O comporta-

tamento dos custos fornece conhecimento e subsídios às análises das projeções futuras.

A partir de levantamentos de campo dos coeficientes técnicos, bem como dos pre-

ços dos fatores produtivos, foram calculados os custos de produção anuais e a rentabilidade da safra 1998/99 até 2005/06. Todos os valores monetários foram corrigidos

pelo IGP-DI da FGV, para outubro de 2005.

As produtividades médias consideradas, em quilos por hectare, foram de 2.500, 2.900 e 3.000, respectivamente, para os municípios de Palmeira das Missões, Cascavel e Primavera do Leste.

A planilha dividiu os custos em:

- Variáveis: constituem o desembolso real dos agricultores em cada safra, sendo, portanto, formados a partir do somatório dos gastos com insumos (corretivos, fertilizantes, defensivos e sementes), operações agrícolas (mão-de-obra de operadores, óleo diesel, lubrificantes e transporte da produção) e outros itens (mão-de-obra temporária, assistência técnica, juros sobre o capital mobilizado, recepção do produto e pagamentos de taxas e tributos).

- Fixos: representam as despesas fixas e de reposição dos bens de capital. Portanto, são formados, principalmente, pelas despesas com depreciação dos bens de capital, mão-de-obra permanente, seguro e manutenção de máquinas e equipamentos, e pelos juros sobre o capital imobilizado.

Soja: coeficientes técnicos nas operações agrícolas

Operações	Horas/máquinas
Manutenção de terraço	0,40
Correção do solo (calagem)	0,08
Gradagem niveladora	0,60
Semeadura/adubação	0,70
Aplicação de herbicidas	0,25
Aplicação de inseticidas	0,24
Aplicação de fungicidas	0,24
Colheita	0,60

Fonte: Elaborado pelos autores

Soja: evolução da receita, custo, margem e renda líquida (R\$/sc de 60 kg)

Cascavel - produtividade média de 2.900 kg/ha

Item	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	Média	D.P.*
Receita total	29,92	32,01	28,07	33,08	40,15	46,17	30,93	31,20	33,94	5,70
Custo fixo	1,94	1,98	1,94	2,49	2,19	2,81	2,94	3,00	2,41	0,43
Custo variável	20,77	23,35	21,33	23,70	22,85	29,39	25,26	23,47	23,76	2,50
Custo total	22,70	25,34	23,27	26,19	25,04	32,17	28,17	26,45	26,17	2,79
Margem bruta	9,15	8,65	6,78	9,35	17,30	16,81	5,68	7,73	10,18	4,13
Renda líquida	7,22	6,67	4,80	6,89	15,11	13,99	2,74	4,75	7,77	4,15

Palmeira das Missões - produtividade média de 2.500 kg/ha

Item	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	Média	D.P.
Receita total	31,15	32,01	28,07	31,23	40,15	46,17	31,52	31,80	34,01	5,61
Custo fixo	2,11	2,15	2,13	2,70	2,41	3,10	3,20	3,26	2,63	0,47
Custo variável	24,04	26,35	24,00	25,76	24,43	32,33	28,02	26,57	26,44	2,58
Custo total	26,15	28,49	26,09	28,46	26,84	35,40	31,24	29,83	29,06	2,92
Margem bruta	7,14	5,66	4,10	5,51	15,72	13,87	3,48	5,23	7,59	4,31
Renda líquida	5,00	3,51	1,98	2,77	13,31	10,77	0,28	1,97	4,95	4,33

Primavera do Leste - produtividade média de 3.000 kg/ha

Item	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	Média	D.P.
Receita total	27,42	26,48	24,08	31,23	36,70	41,79	27,35	27,60	30,33	5,61
Custo fixo	2,11	2,11	2,24	2,56	2,45	3,23	3,25	3,26	2,65	0,48
Custo variável	22,67	25,18	23,27	25,66	22,85	28,56	26,66	24,82	24,96	1,90
Custo total	24,78	27,26	25,50	28,21	25,26	31,79	29,91	28,10	27,60	2,28
Margem bruta	4,75	1,33	0,81	5,58	13,85	13,19	0,69	2,78	5,37	4,99
Renda líquida	2,64	-0,78	-1,43	3,02	11,40	10,00	-2,56	-0,50	2,72	4,95

*D.P. = desvio padrão. Fonte: Elaborado pelos autores.

A seguir, são mostrados os principais resultados sobre os comportamentos da receita total, dos custos fixo, variável e total, da margem bruta e da renda líquida.

- A receita total por saca cresce, em termos reais, a taxas anuais de 2,15%, 2,16% e 2,41%, respectivamente, nos municípios de Cascavel, Palmeira das Missões e Primavera do Leste.

- Em Cascavel, os custos fixos e variáveis por saca, que correspondem, em média, a 9,21% e 90,79% dos custos totais, crescem a taxas de 7,16% e 2,59% ao ano. Para os custos totais, o crescimento é da ordem de 3,01%.

- Em Palmeira das Missões, os custos fixos e variáveis, que representam, em média, 9,05% e 90,95% dos custos totais, aumentam a taxas de 7,2% e 2,2% ao ano. Para os custos totais, essa taxa está em torno de 2,66%.

- Em Primavera do Leste, os custos fixos e variáveis, que formam, em média, 9,6% e 90,4% dos custos totais, crescem a taxas de 7,45% e 1,69% ao ano. Para os custos totais, esse crescimento é de cerca de 2,25%.

- A margem bruta em Cascavel cresce a taxas reais muito próximas de zero, com uma rentabilidade média de 30,0%. Em termos de renda líquida, o crescimento anual é negativo (cerca de -4,0%), e a rentabilidade média é de 22,9%.

- Para Palmeira das Missões, a margem bruta cresce a taxas de 0,1% ao ano, com uma rentabilidade média de 22,3%. Em termos de renda líquida, o crescimento anual tende a ser negativo, para uma rentabilidade média de 14,6%.

- Em Primavera do Leste, a margem bruta cresce a taxas de 2,7% ao ano, com uma rentabilidade média de 17,7%. Em termos de renda líquida, a taxa de crescimento geométrico é negativa, com rentabilidade média de 9,0%.

As taxas de crescimento dos custos e da rentabilidade, dadas as

grandes variações anuais observadas nas séries analisadas (altos desvios-padrão), devem ser tomadas com certo cuidado. Os valores servem apenas como indicativos. O mesmo procede com a rentabilidade média, que apesar de se mostrar bastante favorável, não considerou os problemas possíveis de frustrações, que, normalmente, os agricultores enfrentam ao longo dos anos. Na realidade do agricultor, existem anos em que a produção pode ser completamente perdida e, nesse caso, os prejuízos seriam máximos.

A análise global dos resultados econômicos mostra, a partir dos valores médios de rentabilidade, gran-

bio torna o cenário bem mais difícil, face à forte valorização do real frente ao dólar. No entanto, por se tratar de um fator exógeno, ligado ao programa macroeconômico do governo, o produtor pouco ou nada pode fazer a respeito.

MERCADO

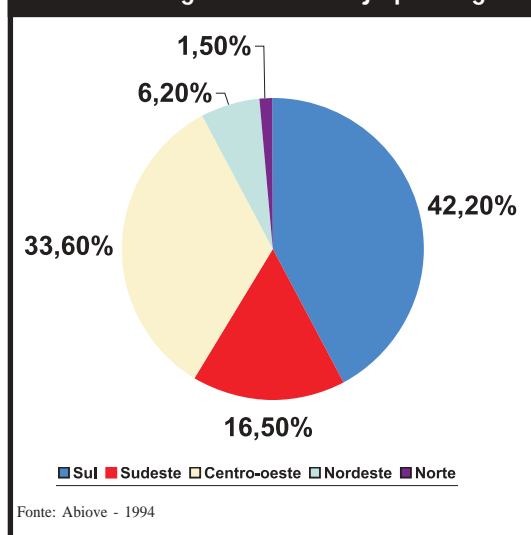
De acordo com o seu Departamento de Agricultura, os Estados Unidos produziram cerca de 83 milhões de toneladas de soja na safra 2005/06. A estimativa para a colheita sul-americana é de 107 milhões de toneladas. São mais 17 milhões de toneladas da China e as 17 milhões do restante do mundo. A

projeção total alcança 221 milhões de toneladas. Os estoques mundiais sobem de 42 para 47 milhões de toneladas. Com o aumento na oferta mundial de 8 milhões de toneladas, sendo 4 milhões de toneladas destinadas ao aumento dos estoques, tem-se um aumento de consumo de 4 milhões de toneladas no mundo.

Se, aparentemente, a possibilidade de reação de preços do produto é muito baixa, cabe uma prospecção mais profunda. Nos últimos 10 anos, a demanda aumentou entre 5,5% a 6% ao ano. Qual o motivo para esse ano o aumento ser de apenas 2%? Será que a ocorrência da gripe aviária afetou tão fortemente a demanda de carne de aves, o nosso maior consumidor mundial de soja em forma de farelo?

Se isso realmente aconteceu, o jeito é esquecer qualquer possibilidade de reação de preços e partir para outras soluções, como sintonia fina em tecnologia. Em novembro de 2005, média do mês, a soja em Chicago estava cotada a US\$5,57/bushel (US\$12,27 a saca de 60 kg). Com o dólar a R\$2,20, isso representa R\$ 26,99, preço FOB. Se compararmos com o preço vigente em Rondonópolis (MT), de R\$25,45; em Ponta Porã (MS), de R\$25,25; em Rio Verde (GO), de R\$25,00, e em Barreiras (BA), de R\$20,88, isso significa um preço menor que o preço FOB, entre 6% até 22%!

Brasil: esmagamento de soja por região



de viabilidade do cultivo da soja. Não obstante, os produtores, nos últimos três anos, enfrentam grandes dificuldades econômicas.

Acontece que, em termos reais, os custos dos fatores de produção crescem acima dos preços pagos ao produtor. Essas dificuldades aumentam com os problemas climáticos, a ocorrência de doenças, especialmente da ferrugem, a falta de uma política eficaz de garantia de preço mínimo, e, após a produção, problemas de infraestrutura, principalmente, de transporte e capacidade de armazenagem na propriedade.

TAXA DE CÂMBIO

Sem dúvida, a taxa de câm-

Em relação ao mercado e à taxa de câmbio, pouco ou nada se pode fazer em curto prazo. No tocante ao custo de produção, a solução é utilizar toda tecnologia recomendada para cada situação de produção, com os seguintes cuidados:

1. aquisição de semente certificada e/ou fiscalizada, recomendada para o local de semeadura;
2. aplicação correta de fertilizantes, de acordo com análise do solo e, acima de tudo, em regiões de terra arenosa, parcelar a aplicação de potássio;
3. monitoramento constante da lavoura, no sentido de evitar aplicação desnecessária de defensivos, com ênfase na ferrugem da soja;
4. boa regulagem da colhedora, evitando ao máximo perdas na colheita que prejudicam a produtividade e facilitam o aparecimento de ferrugem na safra seguinte;
5. em determinadas condições, a utilização de cultivares transgênicas pode auxiliar na diminuição dos custos, dependendo de: nível de infestação de plantas daninhas, existência de cultivares RR adaptadas à região (não utilizar semente "pirata"), valor da taxa tecnológica e ágio no preço da semente RR além da taxa tecnológica. Em condições de alta infestação de plantas daninhas, com oferta de semente RR adaptada, taxa tecnológica em torno de R\$0,52/kg de semente e ausência de ágio na venda, pode haver diminuição de custo em torno de 10% a 15% com utilização da transgênica;
6. por fim, evitar ao máximo a semeadura de soja no período de inverno, sob "pivô central", evitando assim o aumento de inóculo da ferrugem para a próxima safra, pois cada aplicação de fungicida acresce entre R\$65,00/ha a R\$80,00/ha no custo de produção. ■

* pesquisadores da Embrapa Soja – Caixa Postal 231 – CEP 86001-970.
Fones: 43 3371-6265/6253
e-mail: acr@cnpso.embrapa.br
joelsio@cnpso.embrapa.br

Os riscos da oleaginosa

A cadeia produtiva da soja mostra algumas mudanças importantes a partir da segunda metade dos anos 90. No complexo de grãos, farelo e óleo, fica cada vez mais evidente a tendência de baixa da participação da matéria-prima esmagada em relação à produção total. Esse desempenho reflete o impacto da desoneração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), a conhecida Lei Kandir, nas exportações. Como o referido imposto continuava na comercialização interna, ficou mais vantajoso enviar o produto em grãos às vendas externas do que para processamento interno no País.

Outro aspecto a chamar a atenção é a caminhada das agroindústrias das regiões Sul e Sudeste para o Centro-oeste, à medida que a sojicultura toma espaço crescente nos campos de Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Assim, a capacidade de esmagamento dobrou sua participação ao longo da década noventa, de 11% para 22%. Os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná perderam expressão, com muitas unidades em desativação.

No momento, é delicada a situação da soja, o carro-chefe do crescimento da produção nacional de grãos. O real valorizado frente ao dólar, junto com as elevadas taxas de juros reais, colocam em risco econômico importantes áreas de produção, que tiveram expansão recentemente.

NEGÓCIOS

Com o plantio encerrado, as vendas antecipadas com preço pré-fixado da soja para ser colhida na safra 2005/06 estão em volume a conta gotas. Calcula-se que 20% da produção esperada estejam comprometidos. Mas, acertados na base de troca por insumos para o plantio, os negócios prosseguem em andamento. Muitos preços estão abertos e dependerão do comportamento do mercado, quando a colheita começar a avançar, no fim de janeiro.

Com preço pré-fixado, pouco mais de um décimo da safra brasileira foi vendida até dezembro, ante os 13% no mesmo período de 2004. Foram principalmente negócios firmados entre meados de junho e meados de julho, quando preços internacionais e câmbio tiveram ténue melhora. Somadas as trocas por insumos, o percentual total poderá chegar a

20%, abaixo da média histórica próxima de 17%. Não se sabe quanto valerá o grão no momento da entrega.

É de se antever algum progresso em curto prazo, diante da recente alta das cotações do grão na Bolsa de Chicago, apesar das férias de fim de ano nas indústrias, que pararam as suas fábricas.

Embora o percentual das vendas antecipadas totais possa até estar acima das estimativas do mesmo período do ano passado, quando já eram visíveis os primeiros sinais dos problemas de renda que seriam enfrentados no pós-colheita do ciclo 2004/05, a alta de custos e as perspectivas de preços externos baixos complicaram as antecipações. Também a quebra de contratos de entrega às indústrias por alguns produtores na safra anterior desestimulou empresas a então apostar na modalidade.

Na Argentina, o esmagamento de soja em 2005 deve alcançar níveis recordes, cerca de 28,5 milhões de toneladas, com aumento de 4,3 milhões em relação a 2004, e de 10,3 milhões de toneladas em comparação a 2001. Esse crescimento de 56% num curto período de quatro anos resulta de grandes investimentos em operações muito eficientes, principalmente no Porto de Rosário. Para 2006, não será surpresa se ultrapassar a casa dos 130 mil toneladas por dia. O setor trabalha para criar um mecanismo de estímulos para a realização de operações de draw back (importa grãos e reexporta produtos processados).

Já o Brasil apresenta resultados bem mais modestos. O esmagamento de 2005 recuou em 8% e chegou a 130 mil toneladas por dia, praticamente, o mesmo patamar da Argentina. Boa parte da redução ocorreu na região Sul, em virtude da falta de oferta de matéria-prima, face às adversidades climáticas. As empresas foram obrigadas a fechar algumas unidades.

Em 2006, não há indicadores para alentar maior otimismo. É bem provável que as portas das plantas industriais não sejam abertas. Se a oferta crescer no sul, outras unidades com capacidade ociosa poderão absorver a matéria-prima. Outro fator negativo é a política fiscal dos estados não exportadores, que retêm o imposto de exportação. Para o produtor reaver o crédito, demora mais de dois anos, pois falta estímulo para embarcar por intermédio dos estados do Sul.



Falta de investimento reduz colheita de trigo

Com um consumo anual de quase 10,5 milhões de toneladas de trigo, o Brasil produziu nesta temporada 4,88 milhões de toneladas, cerca de 20% a menos do que na safra 2003/04, quando foram colhidas 5,8 milhões de toneladas. Diante dos preços oferecidos para o produto, considerados ruins, houve decréscimos significativos na área nos principais estados produtores, o Paraná e o Rio Grande do Sul. A falta de investimento nas lavouras acarretou uma safra com baixa tecnologia e produtividades ainda menores.

Apesar da produção nacional não atender à metade da demanda interna, os produtores amargam preços abaixo dos custos e falta de mercado. A desvalorização do dólar prejudica a tricultura nacional, porque importar da Argentina ou dos Estados Unidos se torna mais barato. Além disso, prejudica as tentativas de exportar o trigo nacional.

Uma das queixas dos produtores é a de que as indústrias brasileiras, vinculadas à Associação Brasileira

das Indústrias de Trigo (Abitrigo), comprem o trigo argentino com a finalidade de forçar para baixo o preço do produto nacional. O Brasil possui no trigo o segundo item na pauta de importações. No ano passado, o País gastou US\$730 milhões para comprar o produto, dos quais, 90% oriundos da Argentina. As importações crescerão 30%, de 4,971 milhões de toneladas para cerca de 6,5 milhões de toneladas.

BAIXA QUALIDADE

A safra paranaense ficou comprometida pela estiagem na época do plantio, enquanto as chuvas prejudicaram a colheita no norte e oeste, e o enchimento dos grãos, ao Sul. A estimativa é de queda na produção de 7,3%, de 3,10 milhões de toneladas para 2,88 milhões de toneladas. Mas em termos de qualidade, a perda pode ser maior, já que parte do trigo não pode ser utilizada para panificação, devendo ser destinada para a ração. Apenas 500 mil toneladas são tidas

como de excelente e boa qualidade.

Inicialmente, o maior Estado produtor brasileiro previa colher cerca de 3 milhões de toneladas. Mas de acordo com a Ocepar (Organização das Cooperativas do Paraná), aproximadamente 1 milhão de toneladas da safra atual foi afetado pelo excesso de chuvas. Não adequado para a produção de farinha, pois perde suas características enzimáticas, o trigo "chuvado" é destinado para ração, por falta de qualidade. A indústria de farinha brasileira consome anualmente cerca de 10 milhões de toneladas.

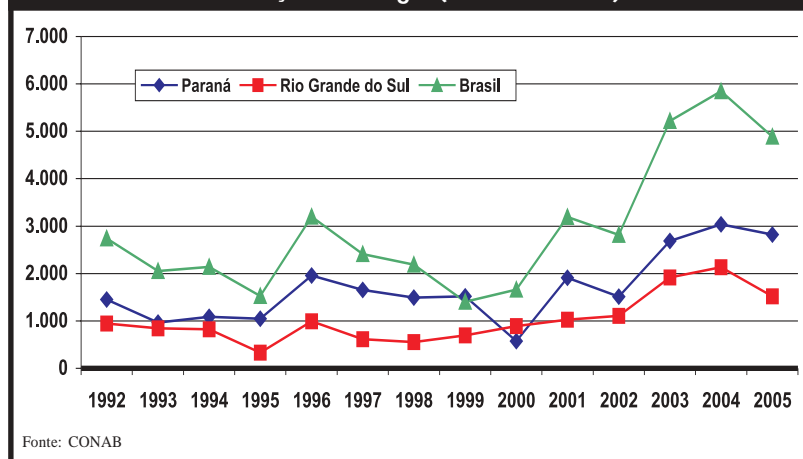
Devido a problemas na qualidade de boa parte da safra de trigo do Paraná e também em função de uma menor produção prevista para a Argentina, o principal fornecedor do Brasil, os moinhos brasileiros terão de importar mais trigo dos Estados Unidos e do Canadá, no ano agrícola 2005/06. Os países da região do Mar Negro, como Ucrânia e Rússia, que poderiam ser potenciais fornecedores, não dispõem de produto, e o frete é mais caro.

O problema no Paraná ocorre coincidentemente em um momento em que os mercados futuros mundiais pagam um elevado prêmio por qualidade. Por sua vez, a desvalorização do dólar frente ao real deixou o valor do importado competitivo em relação ao nacional.

Os produtores paranaenses fecham contratos de exportação de trigo, principalmente da África e da Ásia, com embarques previstos a partir de dezembro, como estratégia para escoar parte da produção de qualidade inferior. A expectativa é de que os embarques de trigo atinjam 400 mil toneladas até o final da safra 2005/06. As exportações ocorrem não como uma tendência a se consolidar nos próximos anos, mas como uma oportunidade para reduzir a oferta de trigo de qualidade inferior do País. Os embarques mais relevantes ocorreram em 2003, com 1,375 milhão de toneladas, porque havia grandes estoques no mercado interno e a qualidade do produto colhido era boa.

Já no Rio Grande do Sul, de acordo com a Emater/RS, a produtividade média esperada, em quilos por hectare, para a cultura do trigo em território gaúcho, deve ficar em 1.717, uma variação negativa de 7,39% em relação à

Produção de trigo (mil toneladas)



previsão inicial de agosto, calculada em 1.854. Com base no rendimento médio, se projeta uma produção total de 1,530 milhão de toneladas para a safra 2004/05, sendo, em princípio, 25,76% menor que a obtida na colheita de 2003/04. A qualidade também varia bastante, com PH das cargas retiradas abaixo de 78, desqualificando o produto e pressionando para baixo o preço.

MENOR RENTABILIDADE

Diante de moinhos com estoques de um a dois meses, trigo importado a valores competitivos e preços abaixo do mínimo, ocorrem poucos negócios com o trigo remanescente da safra velha e menos ainda com o produto novo. Por sua vez, o trigo argentino é de boa qualidade e pode ser pago em até seis meses.

Os produtores articulam medidas para tentar elevar o preço do trigo. Atualmente, a saca de 60 quilos está cerca de 20% abaixo do preço mínimo estipulado para a cultura, de R\$24,00, equivalente a R\$400,00 a tonelada, abaixo do custo de produção da saca, calculado em R\$ 29,00. As federações dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag) e das Cooperativas Agropecuárias do Estado (Fecoagro) avaliam a possibilidade de ingressar com uma ação na Justiça para que seja garantido o pagamento do preço mínimo.

As cooperativas participam dos leilões realizados pelo governo federal para escoar os estoques oficiais. A

orientação é comprar o produto de qualidade boa e intermediária e exportar aquele de qualidade inferior. As indústrias utilizam o trigo de qualidade intermediária para a fabricação de biscoitos, e os de boa qualidade, para panificação. O trigo importado deverá ser mesclado com os de qualidade intermediária.

O governo federal assegura a liberação de R\$400 milhões para AGF de trigo, suficientes para 100.000 toneladas do grão, e 300.000 toneladas para PEP, totalizando 700.000 toneladas de Prêmio de Escoamento da Produção (PEP). O PROP (Programa de Opção Privada), com a participação da indústria, conta com volume de 850.000 toneladas no País, dos quais, 200.000 no Rio Grande do Sul. Os mecanismos permitirão a retirada de produto do Rio Grande do Sul e forçarão a recuperação no preço.

De qualquer forma, a Ocepar-Organização das Cooperativas do Paraná solicitou a prorrogação do pagamento das parcelas de financiamentos de custeio do trigo em minuta enviada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Sem recursos para pagar os empréstimos contrídos devido à retração nas vendas do cereal, a entidade solicita a postergação do vencimento das parcelas do custeio por 180 dias. Ao produtor, é facultado solicitar a prorrogação depois de comprovada a dificuldade de comercialização. Os pedidos foram protocolados junto aos agentes financeiros antes do vencimento da primeira parcela. ■

Área plantada na Argentina cai 21% nesta temporada

Os produtores de trigo da Argentina deverão colher 12 milhões de toneladas do cereal na safra 2005/06, volume 25% menor que as 16 milhões de toneladas produzidas em 2004/05, informa a Secretaria da Agricultura do País, em relatório de novembro. Uma estiagem prolongada nas principais regiões produtoras, associada aos baixos preços pagos pelo cereal, altos impostos cobrados na exportação e aumento dos custos de produção, levou os produtores a reduzir em 21% a área cultivada.

A Secretaria estima a área plantada em 4,96 milhões de hectares, ante 6,26 milhões de ha na safra passada. Buenos Aires, La Pampa e centro-sul de Córdoba são as regiões onde a redução foi maior. Também se espera uma produtividade menor para a atual safra. O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) estima a safra argentina em 12,1 milhões de toneladas, enquanto a Bolsa de Cereais de Buenos Aires prevê safra de 11,1 milhões de toneladas.

Cientes de uma safra menor, seja internamente, como no Brasil, os argentinos mantêm elevados os preços da safra nova. A esperada queda de preços não aconteceu. A diferença



entre a safra nova e a velha atualmente é de apenas alguns dólares, quando normalmente atinge até US\$25 dólares por tonelada. De acordo a Abitrigo, a tonelada do produto da safra nova, comprada em Up River nesta mesma época no ano passado, estava cotada a US\$104, e hoje está em US\$134. No disponível (safra velha), o trigo vem dessa mesma região, onde se colhe um cereal com maior teor de proteína, vale US\$140.

A Argentina, que usa 6,5 milhões de toneladas para consumo interno, vende agora um volume maior para o Brasil. Isso deve reduzir seus estoques finais em 2005 para 600 mil toneladas. Como o produto argentino de qualidade ficará mais escasso no decorrer da safra 2005/06, o Brasil buscará produtos em outros mercados.

Paralelamente, as indústrias brasileiras de trigo propuseram aos moinhos argentinos a equalização das alíquotas de exportação de pré-misturas de trigo, em 5% e 20%, respectivamente, para as tarifas de exportação do grão e da farinha, que estão em 20. A alegação é de que os argentinos se beneficiam da mistura de adição de sal na farinha para pagar a tarifa menor. Caso não haja acordo, o setor ameaça pedir medidas compensatórias e leis de fiscalização e restrição adotadas nas fronteiras gaúchas.

É a primeira vez que as indústrias dos dois países se reúnem oficialmente, com o apoio dos dois governos, para discutir o assunto. Os argentinos exportam por ano 240 mil toneladas de pré-misturas, o equivalente a 320 mil toneladas de trigo em grão, com uma receita de US\$48 milhões. Os problemas com as pré-misturas acontecem desde 2002. ■

LARANJA



Cancro destrói viveiros na Flórida

No estado da Flórida, o cancro cítrico já afeta 10% dos pomares, com danos a centenas de produtores. Se a bactéria continuar em disseminação, os viveiros da região sul correm o risco de destruição. A erupção da doen-

ça cresceu desde 2004, a partir da ocorrência dos furacões. Cerca de oito dos principais estados produtores tiveram severos danos, como a Ben Hill Griffin Inc., em Frostproof, e a Southern Citrus, em Dundee, responsáveis por 65% da

A Secretaria de Política Agrícola do MAPA assumiu junto à Câmara Setorial de Citricultura o compromisso de até 15 de abril apresentar uma macropolítica para o setor.

Faz parte da proposta a elaboração de um modelo de contrato básico de compra e venda de laranja entre produtores e indústrias, que será desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

produção de plantas novas.

No mínimo, nos próximos dois anos, haverá problemas na oferta de mudas. O tempo pode aumentar, se os viveiros saírem do sul da Flórida para o norte da Geórgia. Por isso, as autoridades oficiais estudam abrandar a legislação, que não permite levar plantas de áreas infectadas para outras partes do território.

O Departamento de Agricultura resiste em continuar o pagamento para compensar as perdas com a doença, estimado em US\$15 milhões pelo Citrus Canker Erradication Program.

Até o começo de 2005, havia poucos pomares afetados com o cancro cítrico. Como o prejuízo era pequeno, as autoridades autorizaram compensar somente os produtores. Os viveiristas ficaram de fora do benefício.

NOVA LEGISLAÇÃO

A Associação de Viveiristas da Flórida (Florida Citrus Nurserymen's Association), há mais de oito anos, tenta mudar a legislação. O debate é complicado e envolve quanto dinheiro o viveirista obterá com as futuras perdas. No caso dos produtores, se considera sete anos de perda de produção, que leva em conta dois anos com a proibição de replantio e outros cinco anos para a planta gerar uma produção comercial.

Se a legislação for modificada, os viveiristas não serão beneficiados com a compensação financeira. Para isso ocorrer, o Congresso ou o USDA terão de arcar com compensações da ordem de até US\$ 200 milhões. Os cálculos do USDA chegam a US\$300 milhões nos pedidos de compensação dos produtores.

Para se proteger da contaminação de cancro ou *greening*, os viveiristas precisam tirar seus estoques de plantas do cinturão citrícola do sul da Flórida. É a saída para garantir a oferta de plantas saudáveis e isentas de doença, produzidas em estufas. A quantidade de plantas a serem removidas ainda não foi decidida, face ao ataque fatal da bactéria do *greening*, desde agosto último.

A escassez de pomares afetará a indústria citrícola da Flórida. Sem a garantia na oferta de plantas novas e saudáveis, os produtores tenderão a replantar plantas doentes. Nos próximos cinco anos, dizem os especialistas da Florida's Natural Growers in Lake, a produção não passará de 200 milhões de caixas. Os produtores de laranja tinham colhido de 220 a 230 milhões de caixas antes das safras de 2004 e 2005, ambas afetadas pelos furacões. ■

Fundecitrus

A guerra entre a indústria brasileira processadora de suco de laranja e citricultores ameaça o Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus), uma das principais instituições de pesquisa do setor no mundo. Os recursos do Fundecitrus deveriam ser formados pela contribuição de R\$0,18 por caixa processada pela indústria, metade do valor a cargo do produtor e metade das empresas. A indústria decidiu não mais assumir um déficit de 20% no orçamento anual de R\$42 milhões do Fundecitrus, correspondente a 60 milhões de caixas, que deveriam ser pagas pelos produtores.

Depois da tempestade

Com uma participação significativa de 80% nas exportações mundiais de suco de laranja, o Brasil pode abocanhar uma fatia ainda maior em virtude dos danos à citricultura da Flórida, provocados pela passagem de três furacões neste ano, e mais o comprometimento na oferta futura de árvores jovens e saudáveis.

Em decorrência dos acidentes climáticos, o cinturão citrícola da Flórida perdeu cerca de 55 milhões de caixas de laranja.

Com essa quantidade de matéria-prima, seria possível fabricar 200 mil toneladas de suco. Os estoques americanos de 400 mil toneladas devem sofrer um corte pela metade. O volume remanescente é suficiente para evitar as importações, se o país reduzir drasticamente suas exportações.

A condição comercial brasileira é bem favorável. Pelos cálculos da Abecitrus, os embarques nacionais ficarão no atual ano comercial 2004/05, de julho passado a junho de 2006, em nível próximo do apurado em 2003/04, de 1,350 milhão de toneladas.

Se há uma maior demanda por parte da Ásia e do Leste Europeu, especialmente Hungria e Polônia, já a Ásia se defronta com dificuldade, face à elevação da tarifa de importação em junho, de 7,5% para 30%, pela China, o principal mercado da região, que decidiu tirar o produto enviado pelo Brasil da categoria "suco congelado". O produto, quando congelado a 18°, padrão internacional, fica pastoso, e não sólido, como querem os chineses.





A té 1º de dezembro, a moagem de cana-de-açúcar atingiu 331,2 milhões de toneladas na região Centro-Sul do Brasil, na safra 2005/06, volume 5,73% superior aos 313,2 milhões de toneladas verificados no mesmo período do ano passado. A produção de açúcar teve um acréscimo de 1,96%, para 21,8 milhões de toneladas, em comparação com os 21,4 milhões de toneladas produzidas no mesmo período da safra anterior.

A produção de álcool, por sua vez, teve um acréscimo de 9,23%, somando 14 bilhões de litros, em relação aos 12,8 bilhões de igual período do ano passado. Em São Paulo, foram moídos 238,8 milhões de toneladas de cana, 8,80% acima dos 219,5 milhões do mesmo período da safra anterior, enquanto a produção de açúcar subiu 3,77%, de 16 milhões para 16,6 milhões de toneladas. A produção de álcool total ficou em 9,7 bilhões de litros, 13,44% acima dos 8,6 bilhões de igual período da safra 2004/05.

Segundo a Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool, em 1º de maio de 2006, no início oficial da safra 2006/2007, haverá um estoque negativo de até 500 milhões de litros de álcool combustível no Centro-Sul. O setor produtivo garante que não faltará combustível na entressafra. A moagem de cana-de-açúcar na região Cen-

Comparativo de safra

	Acumulado SAFRA ATUAL:			05/06			POSIÇÃO: 01/12/2005			DEMAIS ESTADOS		
	CENTRO-SUL			SÃO PAULO								
	SAF 04/05	SAF 05/06	VAR. (%)	SAF 04/05	SAF 05/06	VAR. (%)	SAF 04/05	SAF 05/06	VAR. (%)	SAF 04/05	SAF 05/06	VAR. (%)
CANA (mil toneladas)	313.235,5	331.197,6	5,73	219.504,5	238.828,4	8,80	93.731,0	92.369,2	-1,45			
AÇÚCAR (mil toneladas)	21.434,9	21.855,6	1,96	16.016,3	16.620,0	3,77	5.418,7	5.235,6	-3,38			
ÁLCOOL ANIDRO (milhões de litros)	6.935,0	7.177,4	3,50	5.013,2	5.394,1	7,60	1.921,8	1.783,3	-7,20			
ÁLCOOL HIDRATADO (milhões de litros)	5.907,9	6.850,3	15,95	3.570,7	4.343,4	21,64	2.337,2	2.506,9	7,26			
ÁLCOOL TOTAL (milhões de litros)	12.842,9	14.027,7	9,23	8.583,8	9.737,5	13,44	4.259,0	4.290,2	0,73			
ATR (mil toneladas)	45.381,2	47.903,7	5,56	32.133,7	34.804,6	8,31	13.247,5	13.099,1	-1,12			
ATR/TC	144,88	144,64	-0,17	146,39	145,73	-0,45	141,34	141,81	0,34			
MIX - Açúcar	49,57	47,88	-3,41	52,31	50,12	-4,19	42,93	41,95	-2,28			
MIX - Alcool	50,43	52,12	3,35	47,69	49,88	4,60	57,07	58,05	1,72			

Fonte: Seab

tro-Sul será antecipada nos Estados onde houve quebra na safra 2005/2006, principalmente Mato Grosso, Paraná e São Paulo. Algumas usinas vão iniciar a produção de álcool em março. Com isso, os riscos de desabastecimento de álcool ficam reduzidos.

COMBUSTÍVEL DO FUTURO

Na verdade, a tecnologia flex-fuel, que permite aos veículos funcionar com gasolina ou álcool, revolucionou a indústria automotiva brasileira e desperta o interesse de outros países no "combustível do futuro". Os carros bicomcombustíveis lançados no mercado brasileiro em meados de 2003 se transformaram em um fenômeno

de vendas este ano, a ponto de representarem mais de 70,0% do total de veículos novos vendidos no País. Mais de um milhão de automóveis desse tipo circula atualmente pelas ruas do Brasil. O litro de álcool rende menos que o da gasolina, mas em compensação, é cerca de 40% mais barato; um argumento decisivo em uma época de petróleo com preço nas alturas.

O flex-fuel existe nos Estados Unidos, no Canadá, Japão e na Suécia, onde um número reduzido de automóveis pode funcionar com uma mistura de 85% de gasolina e 15% de etanol (álcool etílico), mas foi no Brasil que essa tecnologia permitiu o funcionamento dos motores com qualquer quantidade de um ou de outro. O consumidor tem a garantia de que se houver problemas com um combustível, pode se abastecer com o outro.

NOVAS USINAS

Em 2005, o Brasil confirma sua posição de líder mundial na produção e exportação de açúcar e álcool combustível. Cerca de 2,5 bilhões foram exportados para os Estados Unidos, a Índia, Coreia do Sul, Suécia e o Japão, principalmente, para uso industrial.

Até 2010, o setor investirá mais de US\$5 bilhões na construção de novas usinas, que elevarão a produção de etanol para 28 bilhões de litros.

O sucesso dos bicomcombustíveis e as vantagens econômicas e ambientais do álcool interessam à Índia, segundo produtor mundial de cana-de-açúcar, assim como à Tailândia e China, que querem implantar a tecnologia flex-fuel desenvolvida no Brasil.

Outros países, especialmente os latino-americanos, buscam consultoria brasileira para produzir etanol e iniciar programas de adição de álcool à gasolina, como uma forma de reduzir a dependência do petróleo. ■

CAFÉ



Preço e safra crescem juntos

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima uma produção brasileira de café entre 40,43 e 43,58 milhões de sacas na safra 2006/07. O resultado apresenta um aumento entre 7,5 e 10,6 milhões de sacas, ou seja, um crescimento entre 22,7 e 32,3%, em comparação com a última colheita, de 32,94 milhões de sacas, em 2005/2006.

O aumento se deve às condições climáticas favoráveis, à melhoria dos tratos culturais, podas, desbrotas, e ao controle fitossanitário, impulsionado pela recuperação dos preços de mercado a partir do segundo semestre deste ano.

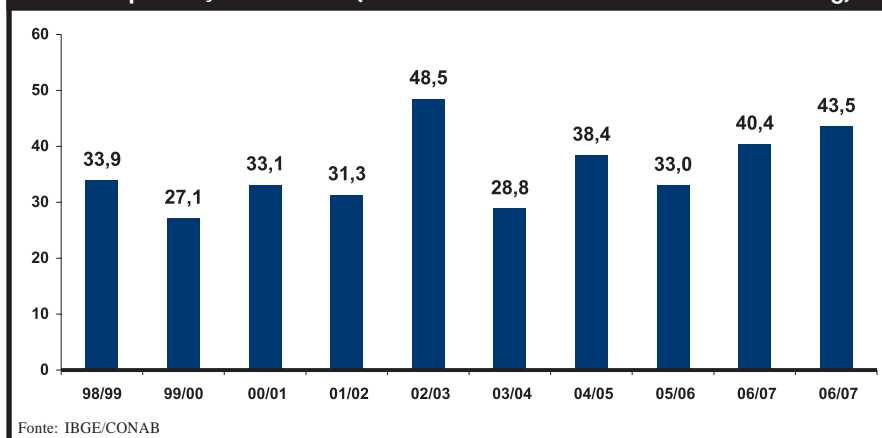
Há um quadro ajustado em termos de oferta e demanda do produto. As expectativas são de manutenção do volume dos embarques anuais em 26 milhões

Brasil: produção de café em milhões de sacas

Tipo	2005/06	2006/07	Participação na produção
Arábica	23,82	30,50 a 33,53	76,2%
Robusta (conilon)	9,13	9,94 a 10,05	23,8%
Total	32,95	40,44 a 43,58	100,0%

Fonte: MAPA

Brasil: produção de café (milhões de sacas beneficiadas de 50 kg)



Café (IBC), avaliados em cerca de 3,3 milhões de sacas e localizados nos estados do Paraná, de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo.

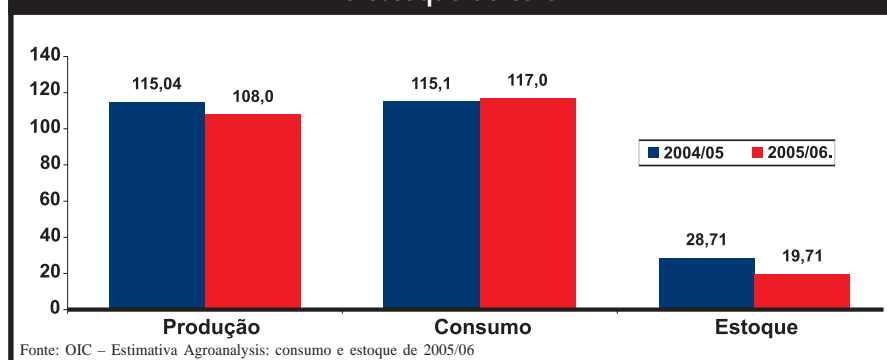
Para ampliar o orçamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), de R\$1,282 bilhão em 2005, o setor pretende, para o próximo ano, por meio de emendas parlamentares, elevar este montante para R\$2,1 bilhões, dos quais, R\$160 milhões serão destinados à equalização.

Os estoques de café, em poder da iniciativa privada (empresas e cooperativas), alcançam 17,6 milhões de sacas. Esse volume apurado pela Conab deverá sofrer variação, porque não retornaram 20% dos questionários aplicados na pesquisa.

As liberações para a linha de custeio da safra 2005/2006 alcançaram R\$400 milhões, sendo R\$125 milhões para o Bancoob, R\$42 milhões para o Banespa, R\$17 milhões para o Banestes e R\$10 milhões para o Bradesco, num total de R\$ 194 milhões. A liberação do restante ainda depende de contratos em andamento com os agentes financeiros.

Externamente, no relatório de novembro da OIC (Organização Internacional do Café), a estimativa para a produção mundial de café no ano safra 2005/06 permaneceu. Falta ainda uma análise sobre o impacto negativo do furacão Stan nas colheitas do México e de países produtores da América Central. Os embarques do ano seguem sem fortes oscilações. Na parte de consumo, a expansão anual varia de 2,5% a 3,0%. A grande incógnita está no estoque, em que se espera uma redução substancial. É um claro sinal de fortalecimento dos preços.

Mundo: produção, consumo e estoque de café



de sacas e de elevação de 17 para 21 milhões de sacas no consumo interno, até 2010. Com isso, como sucede na produção e exportação, o Brasil alcançaria também a condição de maior consumidor mundial de café.

ESTOQUES

O Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC) transferiu para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a administração de 28 armazéns e dos estoques do extinto Instituto Brasileiro do

No ritmo do Brasil

A Secretaria de Produção e Agroenergia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento veicula a 2ª etapa da campanha "Café: o ritmo do Brasil". Aprovada pelo Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), que reúne representantes dos setores público e privado, a iniciativa informa sobre os benefícios resultantes do consumo de café para a saúde humana, bem como para a geração de renda, empregos e divisas.

A campanha visa, ainda, fazer com que o produto retome a posição de paixão nacional, destacando, além do prazer do consumo da bebida, sua relação com vários

aspectos positivos da cultura nacional. Maior produtor mundial, o Brasil é o segundo em consumo, com 15 milhões de sacas/ano, contra 20 milhões de sacas/ano nos Estados Unidos.

Em 2006, o Mapa, por intermédio dos representantes do setor produtivo, pretende incrementar as ações de promoção dos cafés brasileiros nos mercados interno e externo já consolidados, e buscar a abertura de novos espaços como forma de gerar mais riqueza, empregos e bem-estar aos 350 mil produtores nacionais de café.

Atualmente, o setor gera mais de 8,4 milhões de empregos diretos e indiretos, está presente em 14 estados e 1.850 municípios, e responde por 7% do agronegócio brasileiro.

Quem diria que o ano seria tão difícil?

Cristiane de Paula Turco *, Maurício Palma Nogueira ** e Alcides de Moura Torres Jr. ***

Ao final de 2004, o setor leiteiro trabalhava com boas expectativas para 2005. A recuperação dos preços a partir de 2003, o recuo de apenas 6,2% em 2004 e o primeiro superávit na balança comercial de lácteos geraram otimismo e esperança de mercado firme.

Porém, não foi isso o que aconteceu. O ano terminou e, considerando valores atualizados pelo IGP-DI, o preço médio anual do leite pago ao produtor caiu aos níveis do "terrível" ano de 2001, o pior em toda a história. Veja o gráfico ao lado.

Observe que 2005 deverá fechar como o segundo pior ano para a pecuária de leite, em termos de preços.

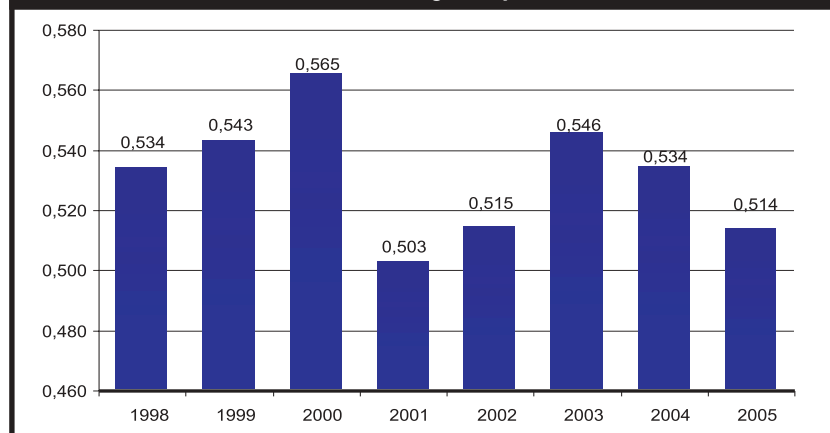
Para facilitar o entendimento do mercado, vamos dividir o ano em duas fases: fase de alta e fase de baixa.

JANEIRO A MAIO

Nos primeiros cinco meses do ano, o mercado trabalhou em alta. O aumento no preço do leite ao produtor foi de 8,5%, em reais (R\$) nominais. A oferta ajustada à demanda sustentou as valorizações. Mas é preciso considerar que o aumento no consumo pós-férias não aconteceu como era esperado.

Em algumas regiões, como no Sul do País, ocorreram fortes estiagens e a falta

Preços médios anuais do litro de leite, pagos ao produtor no Brasil, em R\$, corrigidos pelo IGP-DI.



de matéria-prima fez com que os compradores no Rio Grande do Sul pagassem o maior preço do leite durante os cinco primeiros meses do ano.

Veja na tabela ao lado as variações nos preços do leite pago ao produtor por Estado, de janeiro a maio, e o preço médio do período.

Em alguns Estados, a variação de preços foi negativa. Um país continental como o Brasil possibilita comportamentos de mercado diferentes, de acordo com a região. No Nordeste, de janeiro a maio, por exemplo, houve recuo de

preços em todas as praças acompanhadas pela Scot Consultoria. Mas com o aumento médio de 8,52% nas cotações durante os primeiros cinco meses do ano, por que o mercado termina tão

Variações do preço do leite pago ao produtor por Estado, produções de janeiro a maio de 2005, e o preço médio do período, em R\$ nominais/l

Região	Variação em %	Média em R\$/l
Minas Gerais	7,36%	0,554
Goiás	13,25%	0,561
Rio Grande do Sul	9,54%	0,598
Paraná	4,25%	0,549
São Paulo	9,97%	0,564
Santa Catarina	10,58%	0,519
Bahia	4,37%	0,529
Rondônia	-0,48%	0,542
Pará	2,73%	0,445
Rio de Janeiro	8,05%	0,546
Mato Grosso do Sul	16,59%	0,507
Mato Grosso	2,75%	0,509
Espírito Santo	9,30%	0,551
Pernambuco	-2,72%	0,478
Ceará	-5,36%	0,554
Alagoas	-8,16%	0,545
Brasil	8,52%	0,555

Fonte: Scot Consultoria

ruim em 2005? É o que será discutido agora.

A PARTIR DE JUNHO

Em plena entressafra, o produtor se viu frente ao primeiro sinal de que o ano não seria tão bom assim. Em média, houve uma queda de 4,4% no preço do leite. No mês seguinte, julho, o recuo foi de 6,7%. Em agosto, 6,33%, e assim foi, até que no pagamento de dezembro, a queda já somava quase 25,8%! Recapitulando: mal o produtor enchia os olhos com um aumento de 8,5% nos preços do litro de leite em quatro meses, veio o desmoronamento. Queda de 25,8%!

Quando o momento é favorável, a tendência é de que o produtor responda rápido, por meio do aumento da produção. Por um período pequeno, ocorre o tão desejado aumento na receita. Porém, com o passar do tempo, a oferta aumenta, provocando queda de preços. Principalmente se o consumo não acompanhar o aumento da produção.

No Brasil, o consumo per capita de leite é baixo, cerca de 130 litros por ano. Bem menor do que o recomendado pela Organização Mundial da Saúde, de 175 litros/ano. E há alguns anos, não ocorrem mudanças significativas nesse sentido.

É claro que não se pode deixar também de apontar a política cambial. Quando o Real se valoriza demais, as exportações se tornam inviáveis. Se a produção aumenta e o consumo permanece baixo, a alternativa para escoar o excesso é exportar. Mas até agosto/setembro, o Brasil mostrava números desanimadores na balan-

ça comercial de lácteos. Tanto que várias entidades do setor, que, no início do ano, apostavam em superávit, começaram a ficar 'com o pé atrás'.

Se o leite não vai para fora do País, os estoques (não estratégicos) aumentam. E foi o que aconteceu. As empresas, os compradores, alegando queda nas vendas e formação de estoques, repassaram o prejuízo para o produtor. E pôe prejuízo nisso!! Em 2005, o produtor de leite trabalhou 'no vermelho'.

Veja agora na tabela ao lado as variações nos preços do leite pago ao produtor na fase de baixa e a média dos valores de junho a novembro.

Quando os preços do leite reagem muito, é preciso estar preparado, pois normalmente a queda vem na mesma proporção. E em 2005, foi bem pior. De janeiro a outubro, o saldo foi de 19,51% negativos, considerando valores nominais.

No Mato Grosso do Sul, com a ocorrência de febre aftosa, a situação ficou ainda mais complicada, como pode ser observado na Tabela 2. A impossibilidade de escoar o leite para outros Estados deixou esta região com sobre-oferta, e os preços literalmente despencaram. E o Rio Grande do Sul, que mantinha o mais alto preço do leite do País, apresentou uma retração de mais de 30% em sua cotação.

EXPECTATIVAS

Apesar da recuperação no saldo da balança comercial, ou seja, mais uma vez parece que o Brasil vai

Variações do preço do leite pago ao produtor por Estado, produções de junho a novembro de 2005, e o preço médio do período, em R\$ nominais/l

Região	Variação em %	Média em R\$/l
Minas Gerais	-23,38%	0,492
Goiás	-30,09%	0,478
Rio Grande do Sul	-30,65%	0,483
Paraná	-26,47%	0,449
São Paulo	-23,27%	0,503
Santa Catarina	-23,05%	0,452
Bahia	-10,75%	0,502
Rondônia	-18,45%	0,461
Pará	-10,95%	0,430
Rio de Janeiro	-28,37%	0,476
Mato Grosso do Sul	-39,81%	0,444
Mato Grosso	-21,58%	0,442
Espírito Santo	-29,50%	0,454
Pernambuco	2,10%	0,485
Ceará	-2,52%	0,536
Alagoas	-0,39%	0,519
Brasil	-25,83%	0,480

Fonte: Scot Consultoria

mais exportar do que importar lácteos, as indústrias alegam não terem espaço para melhorar o preço do leite ao produtor, pelo menos, nos próximos dois meses. As férias estão chegando e provocam, normalmente, uma depressão nos preços. Nesse período, dezembro/janeiro, o consumo de leite diminui. A preferência é pelos refrigerantes e cervejas; um problema de cultura.

O mercado está bastante especulado, e por mais motivos que se tenha para justificar a queda dos preços do campo, o fato é que nenhum produto no atacado apresentou um recuo igual ou superior ao preço pago aos produtores.

O varejo é mais organizado, consegue 'escapar do vermelho'. A indústria, por mais difícil que seja o momento, tem como "dividir" o prejuízo com o produtor. Mas e o produtor? A quem ele recorre em situações como esta? ■

* Cristiane de Paula Turco - médica veterinária

** Maurício Palma Nogueira - engenheiro agrônomo

*** Alcides de Moura Torres Jr. - engenheiro agrônomo

Scot Consultoria

Fone: (17) 3343 5111

www.scotconsultoria.com.br



Qualidade e inovação contra as barreiras

Félix Andrade da Silva *

O principal desafio do setor produtivo brasileiro diz respeito à inserção competitiva de seus produtos, cada vez mais atrelados a dois fatores fundamentais: Qualidade¹ e Inovação². Sem isso, ficará mais difícil atender às exigências e aos requisitos impostos com maior frequência pelo mercado internacional, denominados de "barreiras técnicas ao comércio"³.

O conhecimento acerca das funções tecnológicas que dão conformação à Tecnologia Industrial Básica (TIB) contribui para a redução de custos, o aumento da produtividade, melhorias do produto e processo produtivo, fortalecimento da marca, proteção do conhecimento etc.

A competitividade das empresas pode ser definida como a capacidade de sobreviver e crescer em mercados atuais ou novos, dependendo de seus fatores:

- a) Internos: investimento em inovação de produtos, marketing, estratégia interna da empresa, recursos humanos;
- b) Externos: grau de abertura comercial, legislação de propriedade industrial, mudanças na legislação tributária, mudanças de hábitos do consumidor etc.

A busca pela competitividade é orientada pelo tripé: mercado,

tecnologia e processos. Na tecnologia, repousam as maiores oportunidades para o aumento da qualidade e a redução dos custos dos produtos vendidos. Nos processos, surgem oportunidades adicionais de se buscar a competitividade, por meio da adoção de estratégias, novos conhecimentos e formas de fazer negócios, com criatividade e inovação.

É nesse contexto que a TIB ganha papel relevante, seja na forma de informação e capacitação tecnológica, como mediante o acesso qualificado da demanda à infra-estrutura de serviços disponíveis nos centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do País.

A TIB funciona como um elo entre o ambiente gerador do conhecimento e o mercado. A absorção e o domínio de suas funções tecnológicas viabilizam o processo de transferência de conhecimentos, as transações econômicas de bens e serviços, e a própria inovação.

A qualidade percebida pelo consumidor é assegurada por meio da função de Certificação, um documento (selo, marca ou certificado) que atesta o cumprimento de requisitos como segurança, confiabilidade, desempenho e economia. Tudo comprovado mediante a realização

de métodos e processos de ensaios, explicitados em normas e regulamentos técnicos.

Como as suas funções se confundem com as próprias barreiras técnicas ao comércio explicitadas pelos seus principais acordos e regras, a TIB está presente hoje também na Organização Mundial do Comércio - OMC.

Com o objetivo de tornar mais cla-

TIB

- Metrologia;
- Normalização;
- Avaliação da conformidade;
- Propriedade intelectual;
- Informação tecnológica;
- Tecnologias de gestão.

ra a vinculação da TIB com o agronegócio, seguem alguns exemplos encontrados em diversas cadeias produtivas agroindustriais:

1. A crise provocada pela "doença da vaca louca" evidenciou a preocupação dos consumidores com a garantia, segurança e origem dos alimentos. A certificação do produto e a rastreabilidade eram freqüentemente mencionadas pela mídia.

O consumo de carne em alguns países da Europa caiu cerca de 30%, com enormes prejuízos eco-

nômicos aos agentes da cadeia produtiva da carne. A Comunidade Européia tomou medidas sanitárias radicais e criou um Regulamento Técnico para restabelecer a credibilidade do setor. Tais aspectos propiciam um diferencial competitivo e vantajoso do gado alimentado com pasto, ao invés de ração animal.

2. O trabalho conduzido pelo Comitê Pró-Pão de Queijo, formado em 1998, em Minas Gerais, pelas entidades FIEMG, Associação Brasileira de Produtores de Pão de Queijo - ABPQ e o CETEC, com a instituição de um selo para os pães de queijo congelados e

ção dos tipos *gourmet* para melhor posicionamento no mercado; adoção pela Bolsa Eletrônica do Estado de São Paulo dos mesmos critérios de qualidade definidos pelo programa e publicação da Resolução 37, de 13/11/2001, da Secretaria de Agricultura, sobre agregação de valor.

4. Trabalho coordenado pela Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo - CEA-GESP, com atacadistas, pesquisadores e supermercados, no processo de elaboração de uma série de normas de padronização e identificação da laranja *in natura* destinada ao varejo,

Control Point", recomendado pela Organização Mundial da Saúde - OMS e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO.

No Brasil, essa metodologia, conhecida por PAS-Programa Alimentação Seguro, foi adaptada pelo SENAI e pelo SEBRAE para o setor industrial e, recentemente, mediante parceria com a EMBRAPA, já está sendo desenvolvida para o setor agroindustrial e que, juntamente com as Boas Práticas Agropecuárias-BPA, constituem ferramentas preventivas eficazes visando à melhoria da qualidade e segurança do produto para o consumidor final.

Normatização

- Trata da elaboração e aplicação das normas e dos regulamentos técnicos que refletem o "estado de arte" de uma empresa ou setor quanto ao seu conhecimento tecnológico e gerencial.
- Contribui para a racionalização do processo produtivo e a redução dos custos.
- Está baseada em métodos e procedimentos relativos à Metrologia (medição e calibração), a função mais antiga e importante da TIB. Sua linguagem universal está presente em todos os campos da atividade humana, desde os setores econômicos mais tradicionais até os mais complexos e intensivos em tecnologia.

produzidos no Estado.

O selo⁴ representa o resultado final de um amplo programa de qualidade desenvolvido a partir de normas da Vigilância Sanitária, pelo qual as empresas interessadas submetem seus produtos a análises laboratoriais, para conquistar a confiança do consumidor.

3. O Programa de Monitoramento da Qualidade do Café, fruto de um convênio firmado entre o SINDICAFÉ e o ITAL, em 1988, no Estado de São Paulo, para a melhoria da qualidade

mediante a fixação de um rótulo contendo informações sobre a variedade do produto (tipo de laranja - rubi, pêra etc.), diâmetro, peso, ocorrências de manchas, coloração etc. O objetivo é informar o mercado para fazer diferenciações de preço, conforme a qualidade do produto.

5. Outra situação diz respeito à contaminação de alimentos por microorganismos patogênicos ou por produtos químicos, comuns de se encontrar em frutas, hortaliças e derivados do leite, devido às condições higiênico-sanitárias inapropriadas, aplicação de agroquímicos em dosagens excessivas; armazenamento e transporte dos produtos em temperaturas inadequadas etc. Esse problema pode ocorrer no campo, no momento do processamento industrial, no transporte ou até durante o armazenamento, antes mesmo de chegar à mesa do consumidor.

Para atender e prevenir essas ocorrências comprometedoras à saúde das pessoas, alguns segmentos do setor alimentício da União Européia, do Japão e dos Estados Unidos exigem de seus fornecedores a adoção de modernos sistemas de controle da qualidade, entre os quais, o "HACCP - Hazard Analysis and Critical

PONTOS FINAIS

Se o agronegócio brasileiro apresenta indicadores da sua importância econômica e competitividade, existem, contudo, desafios e oportunidades para serem adequadamente explorados. São os casos das questões que associam a competitividade ao conhecimento e ao emprego das normas e dos regulamentos existentes no comércio internacional, bem como ao necessário esforço em termos de capacitação tecnológica para fazer face ao mesmo.

As normas e os regulamentos refletem o estado de arte em termos de exigência de conhecimento e capacitação tecnológica impostos pelos países desenvolvidos com vistas ao domínio e à delimitação de mercados. São verdadeiras barreiras técnicas ao comércio internacional, na medida em que os concorrentes diretos, como o Brasil, não realizam investimentos efetivos em qualidade e na geração de inovações, ou seja, na agregação de valor para tornar mais competitivos os seus produtos.

É justamente diante deste quadro que a TIB se apresenta como de fundamental importância, na medida em que as funções tecnológicas estão diretamente vinculadas às barreiras técnicas ao comércio internacional e representam o primeiro degrau de acesso ao tão cobiçado universo tecnológico.

Cabe mencionar o Programa

Acordos e regras na OMC

Acordos

- Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT)
- Aspectos de Direito da Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS

Regras

- Referentes à Saúde dos Animais
 - Controle Fitossanitário
 - Segurança Alimentar

do café, mediante o estabelecimento de critérios de qualidade, levados em conta nas análises laboratoriais do ITAL. Cerca de 80% das empresas de torrefação paulistas participam do programa.

A iniciativa contempla: educação do consumidor; geração de normas e regulamentos de qualidade; promo-

Tecnologias Industriais Básicas-TIB e Serviços Tecnológicos para a Inovação e Competitividade, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia-MCT, que visa consolidar e ampliar a atual infra-estrutura de serviços tecnológicos oferecidos pelos institutos e centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico do País. O Programa TIB prevê a utilização de recursos dos fundos setoriais, principalmente do Fundo Verde-Amarelo, e dentre os itens a serem financiados, são contemplados laboratórios de institutos tecnológicos, programas de qualificação e capacitação de pessoal e atividades de cooperação técnica nas várias funções da TIB. ■

* Economista e Especialista em Inovação Tecnológica; felixs@brturbo.com.br

¹ QUALIDADE: "A totalidade dos desempenhos em função e características de um produto ou serviço que se sustenta em sua possibilidade efetiva para atender às necessidades especificadas ou implícitas". JURAN, J.M. & GRYNA, Frank M. Controle da Qualidade, Conceitos, Políticas e Filosofia da Qualidade. São Paulo, Editora McGraw-Hill Ltda., 1991.

² INOVAÇÃO: "Significa a solução de um problema tecnológico, utilizada pela primeira vez, descrevendo o conjunto de fases que vão desde a pesquisa básica até o uso prático, compreendendo a introdução de um novo produto no mercado, em escala comercial, tendo, em geral, fortes repercussões sócio-econômicas". LONGO, W.P. Conceitos Básicos sobre Ciência e Tecnologia; Rio de Janeiro, FINEP, 1996.

³ "Barreiras técnicas, considerando o estipulado pela OMC, são barreiras comerciais derivadas da utilização de normas ou regulamentos técnicos não-transparentes ou não-embasados em normas internacionalmente aceitas ou, ainda, decorrentes da adoção de procedimentos de avaliação da conformidade não-transparentes e/ou demasiadamente dispendiosos, bem como de inspeções excessivamente rigorosas" - Fonte: INMETRO.

⁴ Em Metrologia, o termo rastreabilidade significa a propriedade do resultado de uma medição ou do valor de um padrão estar relacionado a referências estabelecidas, geralmente a padrões nacionais ou internacionais, através de uma cadeia contínua de comparações, todas tendo incertezas estabelecidas. INMETRO. Vocabulário internacional de termos fundamentais e gerais de Metrologia, 2ª ed. Brasília, SENAI/DN, 2000.



Reflexões sobre a biodiversidade

John N. Landers *

Em 2006, como teremos a 3ª Reunião da Convenção da ONU sobre Biodiversidade, a ser realizada em Curitiba, cabem, oportunamente, algumas reflexões para ajudar na consolidação da pauta do evento.

Na parte que trata das questões ligadas às reservas legais, aporte de capitais e recuperação de espécies nativas, há espaço para negociar sobre aspectos como:

- Extração limitada de RPPN (Reserva Permanente de Preservação Natural) e APP (Área de Preservação Permanente);
- Enriquecimento de reservas com espécies de maturação rápida (uma franja em volta ou pequeno bloco);
- Considerar a APP como parte da reserva legal, para evitar que alguns empatem mais terra;
- Fornecimento de mudas pelos governos estaduais, porém, pagos pelos produtores;
- Isenção de multas, no caso de não-disponibilidade de mudas.

Quanto ao licenciamento ambiental de fazendas, pode ser:

- Governamental, com o risco de emperrar o processo;
- Voluntário, como ISO 14.000, Eurep-Gap ou boi verde.

É importante enfatizar o princípio de que se precisa pagar para preservar. É um investimento para adequar e licenciar. Uma fazenda com selo verde poderá ter um retorno diferencial, se o mercado aceitar pagar mais ou, mais provável, se houver penalidades para produtos não selados. Isto pode ser uma

atividade para entidades sem fins lucrativos, como Sindicatos, Clubes dos Amigos da Terra, Associações de Produtores etc.

No caso de medidas radicais, como o decreto de 'zero desmatamento', deve haver contrapartidas como:

- Incentivos à intensificação do uso da terra: integração de lavoura PD (Plantio Direto) e pecuária, reflorestamento, irrigação;
- Pagamentos de serviços ambientais para terras empastadas a serviço da sociedade;
- Menores impostos para os que não desmatam.

O Imposto Territorial Rural (ITR) foi concebido como instrumento para direcionar investimentos em terras. O instrumento, que, na época, incentivava o desmatamento, terá de ser adequado à nova realidade de preservação.

Uma fazenda com licença ambiental pode continuar com o nível atual de taxaço, mas com isenções nas áreas de vegetação nativa. Os não licenciados encontrariam problemas, mas teriam ajuda eficaz para a obtenção da licença.

Cabe ao Estado arcar com a assistência técnica para o licenciamento ambiental. Existe já com The Nature Conservancy (TNC) uma tecnologia por satélite para mapear o passivo ambiental e suas soluções a menos de R\$100 por fazenda. Os preços cobrados por escritórios de consultoria ambiental em Goiás variam de R\$ 5.000 a R\$8.000. A APDC (Associa-

ção do Plantio Direto no Cerrado) tem convênio com a TNC.

Muitos benefícios virão, se for modificado o conceito público do produtor rural para "Guardião dos Recursos Naturais". Como o cerco de regulamentos ambientais aperta os produtores, a saída será negociar a concessão de pagamentos ambientais para os serviços de conservação. Isso não onera o custo de produção e é lícito pela OMC.

Os *lobbies* americanos e europeus contabilizam o sacrifício de vegetação nativa e biodiversidade, sob a alegação de reduzir a adubação e criar uma vantagem de custo. Se for imputado o valor mínimo de carbono, não seria tão ruim a US\$3 a tonelada, mas outros valores podem entrar na contabilidade ambiental.

Mais da metade da área de culturas anuais brasileiras utiliza o sistema PD, com seqüestro de 0,5 e 1,5 tonelada por hectare/ano, menor erosão e outras economias. Se a Integração lavoura PD x Pecuária sofresse uma contabilidade ambiental, os defensores da agricultura orgânica teriam uma surpresa. É possível demonstrar que o custo da cesta básica caiu, mas os preços de insumos subiram, face ao pouco de retorno incremental dado ao produtor de PD pela sua eficiência.

O problema de desmatamento se associa ao crescimento da população e à demanda mundiais. O desmatamento sempre foi a forma mais barata de expandir a produção, e ainda conta com a permissão da lei. Para mudar esta lógica, é preciso compensar os investimentos e a cessão de lucro inerentes na intensificação do uso da terra.

Existem mais de 80 milhões de hectares de pastagens entre Amazônia e Cerrado (fora as demais), com 80% destes estando degradados. Temos a possibilidade de recuperá-los com ILPD, mas a sociedade tem de pagar para preservar e dar suficiente incentivo para mudar a lógica econômica do produtor.

Temos de converter o produtor em "Guardião dos Recursos Naturais", de natureza ambientalista e ubíquo no espaço rural privado. Sem a valorização do seu papel, nem com a multiplicação dos fiscais do IBAMA se atingirá o resultado desejado de uma produção com sustentabilidade econômica, ambiental e social. ■

* Diretor da Associação do Plantio Direto no Cerrado (APDC); John.landers@pis.com.br

BIOTECNOLOGIA



O que diz a lei

O Decreto nº 5.591 regulamenta a Lei nº 11.105, sancionada pelo Presidente da República em 24 de março de 2005, que trata das normas de segurança e dos mecanismos de fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados - OGM.

ESTRUTURA DA CTNBio

A nova CTNBio será composta por 27 membros com grau acadêmico de doutor sendo: 12 cientistas de notório saber científico nas áreas de saúde humana, animal e vegetal e meio ambiente; 9 representantes de diferentes Ministérios; 6 especialistas indicados com a participação da sociedade civil, nas seguintes áreas de conhecimento: defesa do consumidor, saúde, meio ambiente, biotecnologia, agricultura familiar e saúde do trabalhador.

Os 12 cientistas serão indicados pelo Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia a partir de nomes selecionados por uma comissão *ad hoc* constituída de membros externos à CTNBio e com representantes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC e da Academia Bra-

sileira de Ciências - ABC. A indicação dos 6 especialistas será feita a partir de lista tríplice elaborada por organizações da sociedade civil, cujo objeto social seja compatível com a especialização.

As decisões da CTNBio serão tomadas com votos favoráveis da maioria absoluta de seus membros (14), exceto nos processos de liberação comercial, para os quais se exigirá que a decisão seja tomada com votos favoráveis de pelo menos dois terços dos seus membros (18).

A CTNBio poderá realizar audiências públicas com a participação da sociedade civil para discutir temas de sua competência e deverá considerar, além dos relatórios dos proponentes, a literatura científica existente e outros estudos protocolados em sua Secretaria Executiva.

Quanto aos aspectos de biossegurança do OGM e seus derivados, as decisões da CTNBio vinculam os demais órgãos e entidades da administração pública.

NORMAS DE REGISTRO

Caberá aos órgãos de registro e fiscalização do Ministério da

A Lei nº 11.105/05

Reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, responsável entre outras coisas, pela análise e classificação de riscos dos OGMs.

Esclarece as competências e atribuições dos órgãos e entidades de registro e fiscalização no processo de liberação comercial e de pesquisa com OGMs, e cria o:

- **Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS**, órgão de assessoramento do Presidente da República, responsável pela elaboração da Política Nacional de Biossegurança.

- **Sistema de Informações em Biossegurança - SIB**, destinado à gestão de todas as informações relacionadas à liberação de OGMs no País.

Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Saúde, do Ministério do Meio Ambiente e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, dentro de suas competências e observada a decisão técnica da CTN Bio, estabelecer normas de registro, autorização, fiscalização e licenciamento ambiental, as quais poderão consistir na adequação dos procedimentos em vigor já aplicados aos produtos convencionais.

Os registros, autorizações e licenciamentos ambientais, quando exigidos, deverão ser emitidos em 120 dias e estarão obrigatoriamente vinculados à decisão da CTNBio. Quantos aos aspectos relacionados à biossegurança do OGM, os órgãos e entidades de registro não poderão estabelecer exigências técnicas que extrapolem as condições estabelecidas na decisão da CTNBio.

CNBS

O Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS, constituído por 11 Ministros de Estado, decidirá, a pedido da CTN Bio, sobre os aspectos de conveniência e oportunidade sócio-econômicas e do interesse nacional na liberação para uso comercial de OGM e seus derivados, e sobre os recursos à decisão da CTNBio apresentados pelos órgãos de registro e fiscalização, em casos de liberação comercial.

O CNBS poderá avocar um processo de liberação comercial de OGM para análise e decisão, em última instância, até 30 dias após a decisão da CTNBio, e se reunirá sempre que convocado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou mediante solicitação da maioria de seus membros. O Conselho deliberará, em qualquer situação, no prazo de 60 dias, sempre por maioria absoluta de seus membros.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES

O Decreto nº 5.591/05 detalha ainda outro instrumento criado pela Lei de Biossegurança: o Sistema de Informações em Biossegurança - SIB, que fica vinculado à Secretaria-Executiva da CTNBio e é destinado à gestão das informações decorrentes das atividades de análise, autorização, registro, monitoramento e acompanhamento das atividades que envolvam OGM e seus derivados. Por meio do SIB, a CTNBio dará ampla publicidade a suas atividades, inclusive a agenda de trabalho, calendário de reuniões, processos em tramitação, atas de reuniões e outras informações.

As Comissões Internas de Biossegurança das instituições de ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e produção industrial que realizam atividades com OGM e seus derivados deverão indicar um técnico responsável por cada projeto em andamento, manter o seu pessoal informado sobre possíveis riscos, estabelecer programas preventivos para garantir a segurança das instalações sob sua responsabilidade, e notificar a CTNBio e os órgãos de fiscalização sobre qualquer acidente ou incidente que possa provocar a disseminação de um OGM.

O Decreto nº 5.591/05 foi elaborado por um grupo interministerial coordenado pela Casa Civil, com a participação do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério da Defesa, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Ministério da Justiça, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Saúde, e da Secretaria de Aquicultura e Pesca da Secretaria Geral da Presidência da República. ■

Impasse sobre os royalties

Se o avanço do cultivo de organismos geneticamente modificados (OGMs), em diversos países nos últimos anos, abriu mercados para as multinacionais detentoras da tecnologia elevarem a produção de sementes transgênicas, criou um impasse em relação à cobrança dos *royalties* por seu uso, particularmente no caso da soja.

Nos Estados Unidos, a cobrança de *royalties* é feita durante a compra das sementes para o plantio. Mas há países em que a cobrança desses *royalties* é um problema. Os custos com *royalties* em lavouras americanas de soja giram em torno de US\$80 por hectare, segundo o Departamento de Economia Agrícola da Universidade de Auburn, do Alabama.

Em alguns países de modelo convencional, a cobrança dos *royalties* incide sobre a produção colhida de soja, e não sobre as sementes vendidas diretamente ao produtor. A Monsanto enfrenta dificuldades em fazer a cobrança na Argentina e no Brasil, onde os produtores multiplicam as sementes com tecnologia da companhia. Exemplo bem-sucedido ocorre há duas safras na Austrália e há uma safra no Paraguai, com a cobrança dos *royalties* feita após a colheita, em cima da produção de grãos.

Nos EUA, mais de 50% das pesquisas em biotecnologia são encaixadas pelo setor privado. No Brasil, este percentual está em menos de 10%.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) estima arrecadar R\$16,896 milhões em *royalties* de cultivares este ano, 40%

► a mais que os R\$11,993 milhões obtidos em 2004. A receita cresce ano a ano. Em 2001, a arrecadação era de R\$3,117 milhões. O crescimento se deve à inserção da tecnologia desenvolvida pela empresa no mercado e à adoção de contratos que permitem mais controle sobre a utilização da tecnologia. A maior parte dos ganhos é originada das *commodities* soja, milho e algodão. Os produtores de sementes pagam entre 3% e 10% sobre as vendas.

No Brasil, a Embrapa possui 219 cultivares, o equivalente a 31% do total, e 170 patentes, por exemplo, de máquinas e equipamentos. No exterior, são 19 cultivares e 89 patentes. Possui também patentes de tecnologia de terceiros, adaptadas para as características locais. Enquanto cultivares se referem à proteção das plantas desenvolvidas, patentes protegem a tecnologia utilizada nas plantas.

O sistema de patentes não protege os seres vivos, mas a engenharia genética pode agregar especificações às plantas. O Grupo Votorantim investe em desenvolvimento de propriedade intelectual por meio das empresas Canavialis (melhoria genética da cana por métodos convencionais e por biotecnologia) e Alellyx Applied Genomics (seqüenciamento do genoma da laranja, do eucalipto e da cana-de-açúcar).

ALGODÃO EM DEBATE

O algodão Bollgard, cuja semente foi geneticamente modificada, com a inserção do gene da proteína *Bacillus thuringiensis* (Bt), uma bactéria encontrada natural-

está protegida do ataque das pragas mais comuns (lagarta-da-maçã, curquerê do algodoeiro e lagarta rosada). No Brasil, será comercializada pela empresa Delta e Pine.

Dos oito tipos de algodão transgênico existentes no mundo, apenas o Bollgard foi liberado no Brasil e poderá responder por 10% da safra 2005/06. Os outros tipos entrarão no mercado brasileiro em 2007, caso sejam liberados pela CTNBio.

Os produtores brasileiros têm capacidade de, em pouco tempo, recuperar a situação de desvantagem em que se encontram em relação aos concorrentes, que, já há alguns anos, plantam algodão transgênico. Mesmo na dependência da importação das sementes, a produção nacional desse tipo de pluma poderá representar 60% da safra 2007/08.

A dificuldade para escoamento da safra, devido à má conservação das estradas e a problemas nos portos, leva a uma estimativa de redução na cultura, depois de uma longa fase de crescimento em área, produção e produtividade.

CERRADO

Houve uma intensificação do plantio no Cerrado, que já responde por mais de 82% da área nacional e 91% da produção brasileira de algodão de alta qualidade. Atualmente, a produção, além de abastecer a indústria têxtil nacional, gera um excedente exportável de 450 mil toneladas por ano de plumas.

O plantio do algodão geneticamente modificado em solo brasileiro depende do aval da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTN Bio), colegiado multidisciplinar que assessora e apóia tecnicamente o governo federal na implementação da política nacional de biossegurança.

A expectativa no mercado é de que a produção nacional desse tipo de pluma possa representar cerca de 60% da safra 2007/2008. O cultivo do algodão resistente a insetos é pro-

jetado para a safra 2006/07 em torno de 10% e 15% da composição geral dos custos do manejo.

Os debates sobre os transgênicos ocorrem num momento em que os cotonicultores se queixam do câmbio desfavorável e de preços deprimidos no mercado internacional - cerca de 40% da produção baiana é exportada para a Ásia, Europa e América do Sul. ■

Cientistas decifram o código genético do arroz

O Projeto Internacional Seqüencial do Genoma do Arroz teve início em 1998. Os esforços foram liderados por pesquisadores japoneses, com participação de Estados Unidos, Brasil, China, França, Índia, Coreia, Taiwan, Tailândia e Grã-Bretanha. Os cientistas estimam que o arroz contém 37.544 genes, mais que os humanos, que têm entre 20 mil a 25 mil genes.

Até agora, foram colocados em ordem os 389 milhões de letras químicas (A, T, C e G) que compõem o patrimônio genético do arroz. Versões preliminares já haviam sido publicadas em 2002. Além do seqüenciamento.

Os pesquisadores esperam que o projeto sirva de base para o melhoramento genético da planta e, conseqüentemente, para o aumento de suas características produtivas e nutricionais. O mapa genético acelerará a busca por genes que aumentam a produtividade, protegem contra doenças e pragas ou fornecem resistência à seca no arroz e em outros cereais.

Alimento principal na dieta de mais da metade da população mundial, o arroz fornece 20% da energia nutricional consumida no mundo. E os cientistas notam que, para suprir a demanda dos próximos 20 anos, é preciso aumentar a produção em 30%, o que não é possível com as variedades atuais. É a primeira commodity a ter sua seqüência genética decifrada.

ALGODÃO	1996/1997	2004/2005	Variação
Área - mil hectares	657,8	1.166	177%
Produção - mil toneladas	761,7	2.220	291%
Produtividade - kg/ha	1.329	3.093	233%

mente no solo, com ação inseticida. Desenvolvida pela Monsanto e cultivada em 11 países, a variedade

O estoque da dívida do campo

Os problemas registrados na safra 2004/2005 ainda afetam a vida do produtor rural. Sobretudo, no Rio Grande do Sul, algumas lavouras tiveram perdas de até 100%, face às adversidade climáticas. Outro ponto foi a variação do dólar, que jogou o preço da soja e do milho para baixo. Durante o plantio da safra, quando foi formado o custo, o dólar estava cotado em cerca de R\$3,40. Já na colheita, no momento de negociar a produção, o real se valorizou e o dólar foi cotado em menos de R\$2,30.

Em função dos prejuízos, o governo federal decidiu adiar o vencimento dos empréstimos contraídos por estes agricultores. A dilatação do prazo, no entanto, teve como conse-

quência a limitação dos recursos a serem emprestados. Para a safra 2005/2006, a previsão é de que sejam liberados R\$45 bilhões, excluindo o financiamento do trato cultural do café.

LIQUIDEZ

O Banco do Brasil limitou em R\$50 mil por produtor o empréstimo vinculado à chamada "taxa contratada", que prevê juros de 8,75% ao ano (o menor para a agricultura empresarial). Até a última safra, a liberação deste dinheiro era feita por cultura e o valor máximo dependia de cada lavoura. Este ano, caso o produtor tenha que buscar junto ao governo um valor superior ao limite estabelecido, terá que optar pelos financiamentos vinculados aos papéis dos bancos, como a "Poupança Ouro", cuja taxa varia entre 14% e 20% ao ano.

A questão da liquidez do campo passa pela drástica queda apurada nas vendas de máquinas e insumos ao longo do ano. Essa situação deverá persistir durante 2006. Quando se considera todas as renegociações prorrogadas desde o início do Pla-

no Real, no valor de R\$ 35,14 bilhões, a taxa de inadimplência geral das atinge 30,5%

A média de inadimplência da parcela de outubro último, que concentra o maior volume de vencimentos no ano, ficou em 17,6%. Os produtores brasileiros deixaram de pagar cerca de R\$200 milhões. Dados consolidados pela Comissão de Agricultura da Câmara mostram que não foram saldados 4.862 contratos dos programas de securitização e de saneamento de ativos (Pesa).

Na parcela de outubro, ficaram inadimplentes 4.127 contratos renegociados até 2025 pela securitização, programa de rolagem de dívidas de até R\$200 mil de pequenos e médios produtores. Nessa linha, já haviam deixado de ser pagos os contratos com valores renegociados pela Lei nº 9.138, editada em novembro de 1995. Também ficaram pelo caminho 642 contratos que ainda não tinham entrado na renegociação dos débitos – ou 35,2%

Endividamento do setor rural (em bilhões)

Operação	dívida	inadimplência
Securitização	13,13	6,04
PESA	12,42	1,46
Fundos Constitucionais	6,90	2,70
Agricultura Familiar	2,65	0,30
Funcafé	1,00	1,00
Cacau	0,30	0,30
Prodecer	0,45	0,45
Total	36,85	12,25

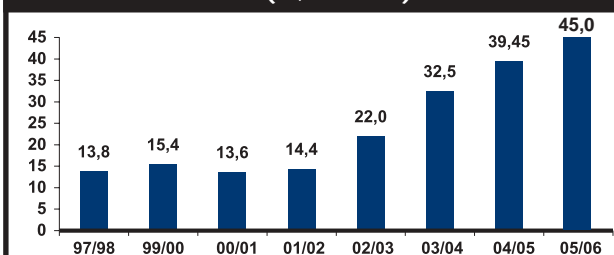
Fonte: Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados

Posição antes da parcela de outubro de 2005

Item	Securitização	PESA
Renegociação:		
- valor - Bilhão	R\$13,13	R\$12,42
- contratos	140.953	27.270
Inadimplência:		
- valor - Bilhão	R\$6,04	R\$1,46
- contratos	64.134	12.950
Taxa de inadimplência (%):		
- valor	46,4	11,8
- contratos	45,5	47,5

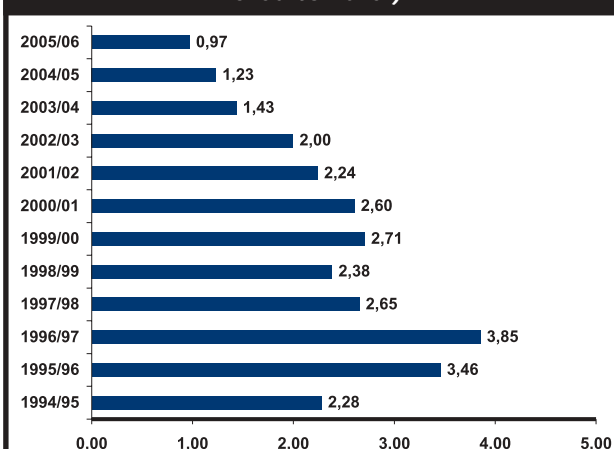
Fonte: Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados

Brasil: crédito rural (R\$ bilhões) – sem PRONAF



Fonte: Seab

Relação do crédito rural com a área de grãos (área plantada em hectares para cada R\$ de crédito rural)



Fonte: Seab

Cronologia das negociações

Resolução	Data	Origem	Objeto
2.238	31/01/1996	Lei 9.138/95	Modifica em parte a Securitização e determina que a adesão deve ocorrer até 30/06/96.
2.433	16/10/1997	Lei 9.138/95	Determina a apresentação de conta-gráfica da operação original alongada, identificando claramente os encargos cobrados; estabelece normas para o caso de discordância; determina a continuidade do crédito para os mutuários que fizeram o alongamento e concede prorrogação do prazo da parcela a vencer em 31/10/97.
2.471	26/02/1998	Lei 9.138/95	Institui o PESA e determina que a adesão deve ocorrer até 31/07/98.
2.566	06/11/1998	Lei 9.138/95	Prorroga o pagamento da parcela da securitização vencida em 31/10/98.
2.634	24/08/1999	Lei 9.138/95	Prorroga o pagamento das parcelas da securitização vencíveis em 1999 e 2000 e concede redução de 2% nos juros do PESA devidos a partir de 24/08/99
2.666	11/11/1999	Lei 9.866/99	Prorroga o pagamento das parcelas da securitização vencidas em 1999 e a vencer em 2000; concede bônus de adimplência às parcelas da securitização, amplia o rol de contratos que podem ser objeto de alongamento pelo PESA e concede redução de 2% nos juros do PESA devidos a partir de 24/08/99.
2.902	22/11/2001	Lei 10.437/02	Prorroga parcialmente a parcela de 2001, autoriza a repactuação das parcelas restantes da securitização para pagamento entre 10/2002 e 10/2025 e dispensa a variação do preço mínimo, desde que os mutuários estejam adimplentes até 30/11/01. Concede redução de 5% nos juros e limita a correção pelo IGP-M em 9,5% a.a., a partir de 01/11/01, inclusive nas parcelas vincendas de mutuários que não estejam em dia, desde que regularizem o débito até 30/11/01.
2.919	26/12/2001	Lei 10.437/02	Prorroga o prazo para pagamento das parcelas atrasadas da securitização, com o fim de adesão à repactuação, para 28/02/02. Concede redução, no PESA, de 5% nos juros e limita a correção pelo IGP-M a 9,5% a.a., a partir de 01/11/01, inclusive nas parcelas vincendas de mutuários que não estejam em dia, desde que regularizem o débito até 28/02/02 3.078 24/04/2003. Lei 9.138/95: prorroga o prazo de adesão para 30/09/03.
3.080	24/4/2003	Lei 10.646/03	Concede redução de 5% nos juros e limita a correção pelo IGP-M a 0,759% a.m., a partir de 01/11/01, inclusive nas parcelas vincendas de mutuários que não estejam em dia, desde que regularizem o débito até 30/05/03.
3.114	1/8/2003	Lei 10.696/03	Concede redução de 5% nos juros e limita a correção pelo IGP-M a 0,759% a.m., a partir de 01/11/01, inclusive nas parcelas vincendas de mutuários que não estejam em dia, desde que regularizem o débito até 01/09/03, exclusivamente para aqueles que tiveram seus débitos cedidos à União pela MP 2.196-3. Institui o Pesinha.

dos 1.823 contratos com pagamentos dos débitos em dia até outubro.

O programa para débitos acima de R\$200 mil (Pesa), que atende a médios e grandes produtores, teve inadimplência de 11,2% na parcela de outubro, segundo os dados da Câmara. Dos 829 produtores com as contas ainda em dia, 93 não saldaram suas obrigações. O programa também tem vencimentos em abril e agosto.

Muitos grandes produtores deixaram de pagar, na esperança de uma ampla renegociação. A rolagem seria necessária em razão da crise de liquidez nas lavouras de grãos, motivada pela alta de custos e queda de preços e câmbio na safra 2004/05. A crise gerou um projeto de lei do deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, que permitiria essa nova rolagem de todas as dívidas rurais. O

governo, entretanto, é contra.

AGRICULTURA FAMILIAR

Na agricultura familiar, a inadimplência é menor. Dos R\$2,65 bilhões renegociados, há R\$290 milhões atrasados (11%). Já a inadimplência nos contratos é de 13,2% das 874.575 operações ativas.

Mas a inadimplência também é elevada nos contratos dos fundos constitucionais do Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO), que beneficiam, sobretudo, os pequenos. Do total de R\$6,94 bilhões renegociados em 2001, há R\$2,88 bilhões (41,5%) em atraso. São 59.756 operações de um total de 228.907 contratos (26,1%). Sem uma rediscussão desse endividamento cíclico e a adoção de políticas anticíclicas, há o risco de os pagamentos incrementarem substancialmente o custo na próxima crise. ■

Mudanças nas regras da dívida agrícola

Desde fevereiro, os agricultores que tinham débitos com bancos públicos foram inscritos na dívida ativa da União. Isso quer dizer que a dívida passa a ser responsabilidade da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. O devedor fica sujeito à cobrança judicial ou execução fiscal, e também pode perder o direito à Certidão Negativa de Débitos.

A medida propiciou uma queda de quase 7% na inadimplência do setor entre fevereiro e julho, conforme balanço divulgado pela Assessoria Especial da Presidência da República. Os contratos inadimplentes se reduziram. Passaram de 52,4 mil em fevereiro deste ano para 49,2 mil em julho. Cerca de 125 mil produtores rurais detêm uma dívida de R\$ 20,4 bilhões com o Tesouro Nacional.

Liquidação dos contratos de milho

Luiz Cláudio Caffagni *

O mercado futuro do milho na BM&F prevê o encerramento das vendas e compras por meio de duas formas alternativas:

1. Reversão ou liquidação por entrega. Diariamente, antes do Último Dia de Negociação (UDN) do mês futuro negociado, é possível liquidar compromissos de venda/compra, anteriormente, assumidos por meio de compras/vendas da mesma quantidade de contratos para o mesmo mês futuro (vencimento).

2. Período de apresentação de aviso de entrega: liquidação das vendas ou compras por entrega física num determinado período estabelecido no contrato futuro, no qual o vendedor manifesta formalmente a intenção de liquidar sua venda por entrega física, devendo comprovar a qualidade e quantidade da mercadoria depositada, conforme o objeto de negociação do contrato futuro.

Na data de início desse período, a BM&F solicita aos vendedores e compradores o reforço da margem de garantia, uma espécie de caução que fica em poder da Bolsa, devolvida ao cliente quando a operação é encerrada.

Desde a abertura da venda ou da compra, até o último dia de negociação, mesmo durante o período de aviso de entrega, existe negociação do mês de vencimento no pregão da BM&F.

Os procedimentos de entrega de milho na BM&F, por meio do fluxo simulado do vencimento em maio de 2006, seguem os passos mostrados no quadro abaixo.

O contrato futuro de milho na BM&F negocia os meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro. A entrega é para maio de 2006.

O período de aviso de entrega vai do último dia útil anterior ao mês de vencimento até o oitavo dia útil anterior ao último dia útil do mês de vencimento (corresponde ao período

de 28 de abril a 22 de maio).

O último dia de negociação é o sétimo dia anterior ao último dia do mês de vencimento (23 de maio).

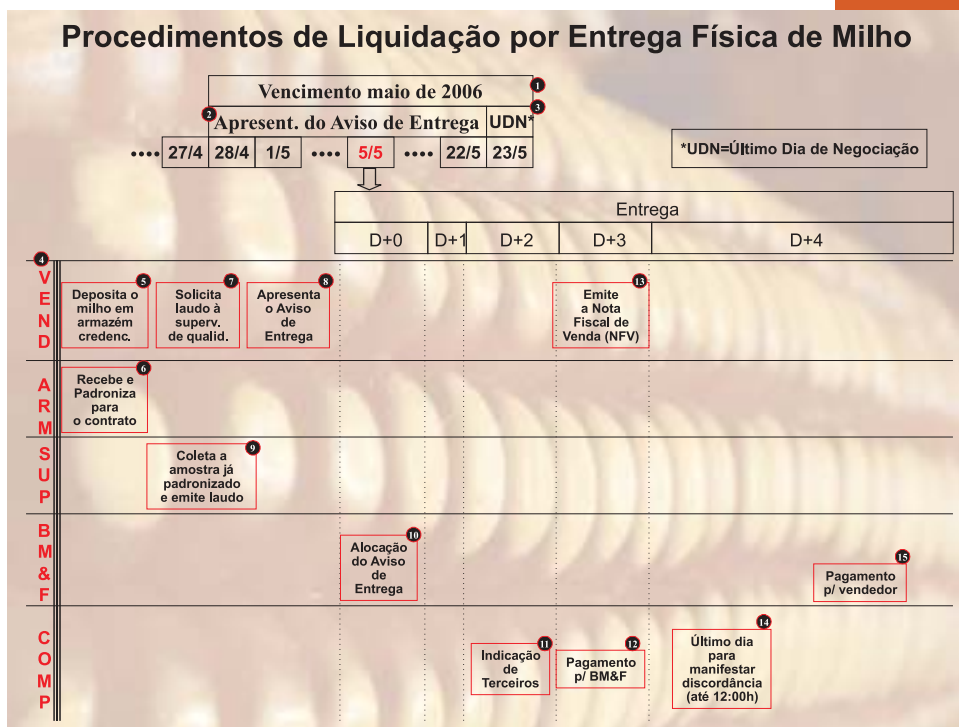
Agentes que participam da entrega: vendedor (VEND), representado pelo seu corretor; armazém cadastrado (ARM); supervisora de qualidade (SUP); BM&F; e comprador (COMP), representado pelo seu corretor.

O vendedor, ao tomar a decisão de liquidar suas vendas futuras por meio de entrega física, precisa depositar milho num dos armazéns cadastrados.

Para o transporte, é necessária a emissão de Nota Fiscal de remessa para armazenagem com destino ao armazém cadastrado escolhido. Antes, o vendedor contata o gerente do armazém para tomar informações sobre os custos de descarga e armazenagem, horários de recepção, localização, tempo de descarregamento, entre outras.

O armazém escolhido efetua a padronização conforme o objeto de negociação do contrato futuro.

O vendedor contata uma das supervisoras de





Ligue 0800 770 88 81
e assine a publicação
que melhor
acompanha o
AGRONEGÓCIO

qualidade cadastradas pela BM&F para solicitação de classificação do milho depositado e emissão de laudo.

A supervisora de qualidade efetua a coleta, classificação, emissão e envio do laudo para o cliente.

O vendedor envia para a sua corretora os seguintes documentos de entrega: declaração de propriedade da mercadoria e recibo de depósito, emitidos pelo armazém; e Certificado de Qualidade e Peso, emitido pela supervisora de qualidade. A corretora de mercadorias, representante do vendedor, de acordo com sua solicitação, efetua o registro eletrônico do aviso de entrega no Sistema de Liquidação Física da BM&F (4 de maio).

Após a verificação dos documentos, no dia útil seguinte (no fluxo, é o dia 5 de maio de 2006), a BM&F alocará aquele Aviso de Entrega para um dos compradores posicionados no contrato futuro. A partir dessa data, se inicia o período de entrega estabelecido pelo contrato futuro que está compreendido entre D0 (dia zero) e D4 (dia quatro); veja o fluxo acima.

Em D2 do dia da alocação do aviso de entrega, o cliente comprador pode indicar um terceiro para assumir sua posição comprada.

Em D3, o comprador, ou o terceiro por ele indicado e que receberá o milho em seu lugar, deverá pagar pelo milho. O valor de liquidação, a ser depositado em sua conta na corretora de mercadorias, será o preço de ajuste diário do dia anterior à data de alocação do aviso de entrega multiplicado pela quantidade. Sobre o preço da BM&F, haverá dedução de frete para entregas em armazéns fora da região de Campinas (local de formação de preço). Caso haja incidência de ICMS, o mesmo será acrescentado ao valor de pagamento e repassado para o vendedor. Se o vendedor for produtor rural, o valor da Contribuição de Seguridade Social será descontado do valor de liquidação.

Em D3, o vendedor deve emitir a nota fiscal de venda para o comprador.

Até às 12 horas de D4, o comprador pode manifestar discordância em relação à qualidade do lote.

Em D4, a BM&F efetua o pagamento do valor de liquidação para o vendedor.

O conhecimento dos procedimentos de liquidação por entrega dos contratos futuros auxilia na visibilidade do preço futuro e, por sua vez, a formação de preços na BM&F, além de facilitar e definir as obrigações das partes. Mais detalhes podem ser obtidos por meio do corretor de futuros e com a leitura da íntegra do contrato futuro de milho. ■

* Chefe de Departamento de Mercados Agrícolas da BM&F

Conheça a base do milho

O contrato futuro de milho da BM&F estabelece os preços futuros do milho do tipo 2 na região de Campinas, SP, chamada de praça de formação de preços.

Porém, para outras localidades, como devem ser considerados os preços futuros?

As diferenças de preços entre regiões são explicadas, na maioria das vezes, pelo custo de frete, tributação, custo de oportunidade, entre outros. Quando a diferença entre preços de duas regiões supera o custo de descolamento da mercadoria entre elas, o agente compra a mercadoria na região com preço mais baixo, arca com o custo do deslocamento e vende naquela de preço mais alto. Há um lucro com essa operação.

O comportamento desses agentes, conhecidos como "arbitradores", gera alta na região de preço mais baixo e queda na região de preço mais alto. Isso decorre da oferta e demanda. Desse modo, os preços se ajustam entre si, de acordo com os custos de deslocamentos de mercadorias.

Para os produtos agropecuários, quanto mais distantes as regiões de compra e venda, menores são os preços recebidos, em função dos custos de deslocamento da mercadoria.

Base é o nome que se dá à diferença entre o preço à vista de uma determinada região e o preço negociado na BM&F.

Sua utilidade é avaliar o preço da BM&F, referenciado numa determinada praça, com as outras regiões de produção ou de consumo.

Isso auxilia a correta tomada de decisão de vender ou comprar contratos futuros.

Para ajudar a entender o preço futuro do milho, a BM&F disponibiliza, sistematicamente, a base média mensal de milho por meio do cálculo da diferença entre o preço à vista de diversas regiões e o preço do mês futuro mais próximo.

A base oscila conforme a necessidade dos agentes de cada mercado (por exemplo, os que acumulam créditos tributários em suas contabilidades ou os que adquirirão mercadorias para cumprir compromissos) e pode levar à diminuição ou ao aumento da base de determinadas regiões em relação às históricas.

Como calcular os preços esperados para regiões fora da praça de Campinas?

Para um agente na praça de Uberlândia, MG, que deseja minimizar o risco do preço de milho por meio do mercado futuro, o que representa o preço de milho na BM&F negociado em 8 de novembro de 2005 a R\$16,45 por saca?

Para calcular o preço esperado em Uberlândia, se deduz a base do preço futuro da BM&F para maio de 2005 e se estabelece um intervalo por meio do desvio padrão.

O desvio-padrão estabelece um "colchão" para suportar variações de base, determinado pelos limites inferior e superior. Um comprador deve considerar o limite superior como preço esperado, enquanto o vendedor, o inferior. Caso o agente queira assumir uma posição mais conservadora, pode utilizar 2 desvios-padrão, aumentando assim o intervalo provável. Desse modo, caso o agente seja comprador, deve considerar os preços esperados de R\$11,91/sc (1 desvio) ou

Intervalo provável de preço da saca de milho em Uberlândia

Item	1 desvio-padrão	2 desvios-padrão
Preço futuro para maio de 2006	R\$16,45	
Base de maio (2005)	- R\$ 4,75	
Desvio-padrão (2005)	± R\$0,21	± R\$ 0,42
Limite superior (comprador)	R\$ 11,91	R\$ 12,12
Limite inferior (vendedor)	R\$ 11,49	R\$ 11,28

Bases médias mensais de milho (R\$/sc)

	Mês	Sorocabana	Rio Verde	Dourados	Uberlândia	Cascavel	Chapecó	Carazinho	Rondonópolis
2003	Nov	-2.21	-3.88	-4.44	-2.28	-2.70	-1.20	-0.95	-6.84
	Dez	-1.71	-3.74	-4.59	-2.38	-2.95	-1.45	-0.49	-6.44
	Jan	-1.31	-4.15	-4.59	-2.23	-3.25	-1.82	-1.36	-6.53
	Fev	-2.15	-4.84	-5.19	-2.82	-3.42	-2.28	-1.53	-7.55
	Mar	-3.68	-6.11	-5.58	-4.10	-3.49	-2.10	-1.23	-6.89
2004	Abr	-1.67	-4.61	-4.12	-3.92	-1.22	0.14	0.41	-6.15
	Mai	-2.64	-5.04	-4.85	-4.68	-1.33	-0.36	0.36	-5.86
	Jun	-1.99	-4.07	-3.82	-3.07	-1.43	0.27	0.97	-5.34
	Jul	-2.21	-3.82	-3.07	-2.20	-1.32	0.58	1.01	-5.35
	Ago	-2.52	-5.29	-4.57	-3.31	-2.78	-0.76	0.07	-6.70
	Set	-3.60	-6.56	-5.88	-3.91	-3.90	-2.27	-0.96	-8.38
	Out	-2.72	-5.44	-5.79	-3.25	-3.50	-2.19	-1.02	-7.56
	Nov	-2.95	-6.16	-6.08	-4.22	-4.26	-2.80	-1.42	-7.98
	Dez	-2.26	-5.64	-5.24	-3.95	-3.66	-2.39	-0.78	-7.49
2005	Jan	-2.42	-5.38	-5.50	-4.10	-3.65	-2.48	-0.73	-7.65
	Fev	-2.31	-4.97	-5.03	-3.19	-3.28	-1.77	-0.07	-6.90
	Mar	-3.03	-6.00	-5.63	-5.04	-3.02	-1.50	-1.03	-8.24
	Abr	-3.12	-4.84	-4.39	-3.04	-1.77	-0.84	-0.06	-5.82
	Mai	-4.79	-6.04	-5.57	-4.75	-3.15	-1.86	-1.25	-7.76
	Jun	-3.27	-5.71	-4.97	-4.03	-3.22	-1.85	-1.38	-7.80
	Jul	-2.80	-5.84	-5.15	-3.25	-2.82	-1.35	-0.39	-7.74
	Ago	-2.49	-5.25	-5.31	-2.64	-3.02	-0.96	0.01	-7.49
	Set	-3.66	-6.15	-6.05	-3.09	-3.82	-1.77	-0.83	-9.13
	Out	-2.21	-5.03	-5.08	-2.89	-3.51	-1.25	0.28	-7.95

Desvios-padrão médios mensais de milho (± R\$/sc)

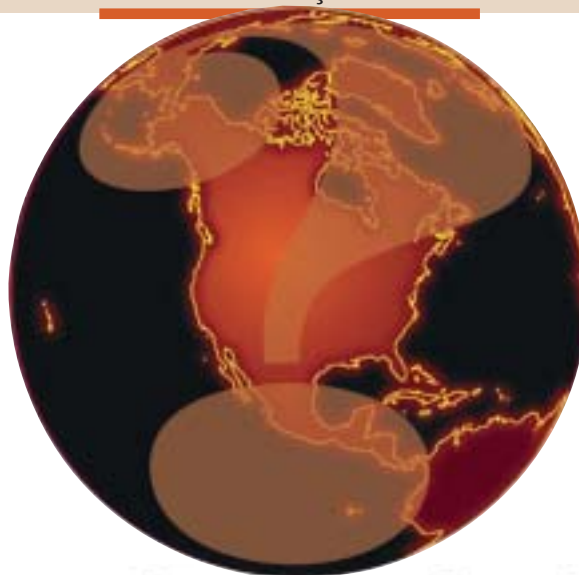
	Mês	Sorocabana	Rio Verde	Dourados	Uberlândia	Cascavel	Chapecó	Carazinho	Rondonópolis
2003	Nov	0,52	0,54	0,50	0,40	0,44	0,36	0,49	0,40
	Dez	0,76	0,17	0,35	0,14	0,41	0,40	0,32	0,21
2004	Jan	0,44	0,28	0,27	0,18	0,18	0,24	0,33	0,33
	Fev	0,59	0,57	0,35	0,34	0,33	0,39	0,16	0,31
	Mar	0,50	0,41	0,68	0,61	0,48	0,40	0,51	0,47
	Abr	1,25	1,35	1,18	1,04	1,18	1,20	1,28	1,36
	Mai	0,42	0,21	0,26	0,27	0,32	0,29	0,44	0,56
	Jun	0,99	0,92	1,14	1,20	1,20	1,11	0,97	0,94
	Jul	0,36	0,49	0,42	0,53	0,64	0,42	0,47	0,47
	Ago	0,21	0,70	0,57	0,37	0,24	0,43	0,36	0,69
	Set	0,33	0,42	0,35	0,42	0,36	0,35	0,34	0,37
	Out	0,46	0,53	0,49	0,31	0,51	0,32	0,36	0,43
	Nov	0,18	0,19	0,34	0,36	0,23	0,35	0,34	0,26
	Dez	0,49	0,32	0,28	0,15	0,37	0,30	0,27	0,11
2005	Jan	0,44	0,89	0,36	0,77	0,55	0,56	0,51	0,85
	Fev	0,44	0,25	0,28	0,26	0,22	0,33	0,38	0,34
	Mar	1,05	1,15	0,89	0,95	1,46	1,16	1,01	1,14
	Abr	0,54	0,30	0,45	0,34	0,64	0,57	0,37	0,27
	Mai	0,36	0,25	0,35	0,21	0,20	0,14	0,18	0,34
	Jun	0,52	0,34	0,35	0,48	0,35	0,50	0,37	0,41
	Jul	0,33	0,41	0,41	0,58	0,38	0,33	0,68	0,37
	Ago	0,33	0,40	0,27	0,46	0,32	0,23	0,25	0,39
	Set	0,71	0,61	1,03	0,61	0,74	0,85	0,80	0,57
	Out	0,83	0,85	0,86	1,24	0,72	1,05	0,84	0,96
	Nov	0,83	0,85	0,86	1,24	0,72	1,05	0,84	0,96

Fonte: BM&F e Safras & Mercado

R\$12,12/sc (2 desvios), ao passo que se for vendedor, R\$11,49/sc (1 desvio) ou R\$11,28/sc (2 desvios).

Para regiões que não estejam na tabela, há necessidade de se obter, junto a universidades ou órgãos de pesquisa, os preços regionais para confeccionar uma tabela de base própria. Mais dúvidas nas operações com base podem ser solucionadas por meio de consulta ao seu corretor de mercados futuros, cuja listagem pode ser obtida no seguinte endereço:

<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/2004/associados/1/AssociadosLista1.asp>



Críticas ao Protocolo de Kyoto

Luiz Augusto Germani *

O Comitê Econômico da Câmara dos Lordes da Inglaterra, na véspera da reunião de Cúpula do G8, que reuniu os sete países mais ricos do mundo e a Rússia, na Escócia, em julho passado, fez críticas ao Protocolo de Kyoto.

Os questionamentos atin-

gem as bases do acordo, ao afirmarem que:

- 1) O conhecimento científico sobre as mudanças climáticas deixa margem para "consideráveis incertezas" sobre o futuro;
- 2) Existem dúvidas sobre a objetividade científica do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas;
- 3) As metas de redução de emissões do Protocolo farão pouca diferença no cenário global e, provavelmente, fracassarão em relação ao objetivo.

Para outros integrantes da União Européia, as metas de redução de emissões são incompatíveis com os requisitos do crescimento econômico de suas regiões. Diante disso, se deveria orientar recursos internacionais para os avanços tecnológicos, ganhos de eficiência e conservação de energia. Coincidentemente, a mesma orientação que serve de base a um acordo alternativo encabeçado pelos EUA e pela Austrália, que não aderiram ao Protocolo.

O Plano de Ação sobre Mudanças Climáticas, Energia Limpa e

Desenvolvimento Sustentável, aprovado pela própria Cúpula, sinaliza uma evidente mudança de rumo no tratamento do assunto.

Em primeiro lugar, a demanda global de energia crescerá em 60% nos próximos 25 anos, concentrada na China e na Índia. Isso demandará a manutenção e o desenvolvimento de fontes de energia mais seguras, confiáveis e acessíveis. A declaração também reconhece cerca de dois bilhões de pessoas, atualmente, sem acesso a serviços de energia modernos, o que deverá ser corrigido para atingir os objetivos da Cúpula do Milênio de 2000.

Em segundo lugar, a idéia de coibir as emissões de gases de efeito estufa é substituída por uma política menos poluidora com ênfase em promover a inovação, eficiência energética e conservação de energia; aprimorar os arcabouços políticos, regulatórios e financeiros, e acelerar a implementação de tecnologias mais limpas. Enfim, trabalhar com os países em desenvolvimento para aumentar

Fatos que pesam nas decisões

- O desenvolvimento econômico nas próximas décadas depende do aumento do consumo de combustíveis fósseis;
- As principais economias da União Européia não cumpriram as metas de redução de emissões acertadas para 2012;
- Os gigantes emergentes, China e Índia, excluídos nas metas originais do Protocolo de Kyoto, experimentarão um intenso aumento do consumo de combustíveis fósseis;
- A falta de conhecimento sobre a influência das emissões de carbono nas variações de temperatura atmosférica, é insignificante.

os investimentos privados e transferências de tecnologia, levando em conta as suas próprias necessidades e prioridades energéticas".

O terceiro aspecto e, talvez, o mais importante, é passar do controle do "aquecimento global" para a busca de adaptação sócio-econômica às mudanças climáticas. Nas palavras do editorial do "The Australian": "Como a cúpula do G-8 provou, não existe um consenso sobre como combater o aquecimento global, hoje ou amanhã, mas o sino está agora dobrando por uma década de ilusões".

O Protocolo de Kyoto recebeu um novo abalo com a divulgação da Parceria Ásia-Pacífico sobre o Desenvolvimento Limpo e o Clima, assinada por EUA, Austrália, China, Índia, Coreia do Sul e Japão. Como os signatários representam mais de 50% das emissões de carbono globais, a importância do novo acordo para o futuro do Protocolo de Kyoto é evidente. Ganha espaço o enfoque que privilegia os avanços tecnológicos como forma de enfrentamento dos problemas climáticos e de poluição.

Entretanto, são pequenas as ilusões quanto à eventual admissão, pelos dirigentes europeus, sobre a falta de base científica dos alarmistas ambientais. Menos ainda, quando estão envolvidos os principais instrumentos financeiros de Kyoto, para preservar: o chamado mercado de "créditos de carbono". E, no caso do Brasil, em especial, um tópico a se destacar no Plano de Ação do G8 é aquele que faz referência à intenção de se reduzir ao máximo a exploração de madeiras nativas. Essa decisão limitará a expansão das fronteiras agrícolas brasileiras e a concorrência com produtos agropecuários europeus. ■

Situação delicada na conferência do Canadá

A 11ª Conferência das Partes Sobre a Mudança de Clima e a 1ª Reunião dos representantes dos 155 países que homologaram o Protocolo de Kyoto, realizada no final de novembro, em Montreal, no Canadá, deu sinais de mudanças de rota na primeira iniciativa mundial para a contenção da emissão de gases causadores do efeito estufa. Como a versão Kyoto acaba em 2012, a pauta das negociações trata com mais carinho da segunda fase do acordo. Sem o cumprimento das metas de redução dos poluentes e as exceções concedidas aos países em desenvolvimento, a questão climática continua a preocupar.

Apesar do pouco respeito às suas regras, falar em fracasso do Protocolo de Kyoto parece ser um exagero. Se a meta para o período de 2008 a 2012 era de uma diminuição de 5,2%, os países desenvolvidos chegaram a 5,9%. Esse resultado, aparentemente positivo, refletiu a desaceleração econômica da ex-União Européia. Na verdade, a emissão de gases cresceu de 11,5% a 41,7%, pela ordem no ranking da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança de Clima (UNFCCC), em Mônaco, Portugal, na Grécia, Irlanda, no Canadá, na Austrália, Nova Zelândia, Finlândia, Áustria, nos Estados Unidos, no Japão, na Itália e Espanha.

Os Estados Unidos, na condição de maiores emissores de gás estufa do Planeta, expandiram a emissão em 13,3% durante 1990 a 2003 e prosseguem nesse ritmo de 1,5% ao ano. Mesmo assim, o assunto sofre com as mazelas internas. Bill Clinton assinou o acordo em 1997, mas seu precedente, George W. Bush, não fez a adesão. A argumentação é de gerar uma situação privilegiada de crescimento para os países excluídos de cumprir as metas, tais como China, Índia e Brasil.

A China rapidamente galgou o segundo lugar e mostra números assustadores. Aproximadamente, 70% de seus rios estão em estado de contaminação. Mais de 30% do país sofrem com a chuva ácida. Cerca de 30 mil lagos foram perdidos desde 1960, e o país tem 20 das 30 cidades mais poluídas do mundo.

A implicação brasileira com o efeito estufa converge para a questão do desmatamento. De acordo com estudo publicado pela ONU, dos 1,47 bilhões de toneladas de dióxido de carbono lançados anualmente para a atmosfera, quase a metade decorre de alterações no uso da terra e por desmatamentos.

Enfim, tanto os países emergentes como os desenvolvidos seguem o mesmo padrão de comportamento em termos de crescimento econômico. E o grande ônus de todo esse processo recai sobre o meio ambiente. Se a queima de combustíveis fósseis, os principais responsáveis pelo efeito estufa, segue em ascensão, o Brasil não reduz suas emissões sob a alegação de que, em relação ao mundo, possui apenas 3% da população e emite 1%. Um ambiente em que muitos discursam, porém poucos cedem.

* Professor de Direito Agrário da FGV, e-mail: germani@germaninet.com.br

Georeferenciamento ganha novo prazo

O Governo Federal prorrogou o prazo de apresentação da planta e do memorial descritivo geo-referenciado na identificação da área total dos imóveis rurais junto aos tabelionatos e registros de imóveis. A medida atende a apelos da Confederação da Agricul-

tura e Pecuária (CNA) e da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), após três anos de negociações.

O georeferenciamento vai auferir as áreas com precisão de localização, caracterização, medidas lineares, confrontação, a ponto de chegar a erros de apenas 50 cm. A Lei se aplica a proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores de qualquer título.

Com o SGB (Sistema Geodésico Brasileiro), a política agrícola nacional poderá ser desenvolvida conforme os preceitos constitucionais relativos à função social da propriedade no tocante ao aproveitamento racional, utilização adequada dos recursos naturais, preservação do meio ambiente etc.

Por sua vez, os agentes financeiros do sistema nacional de crédito rural somente aceitarão receber em garantia imóveis rurais registrados com descrição clara, em fração ideal de um todo maior.

Porém, as exigências aumentariam as despesas para registrar qualquer alteração ou operação nos documentos, envolvendo transferência de domínio, desmembramento, loteamento e unificação de áreas. No caso de área entre um e 500 hectares de extensão (que corresponde a 207 alqueires paulistas), a despesa normal com os papéis em cartório seria acrescida de pelo menos mais R\$3 mil. Somente estão isentos destes custos os proprietários de imóveis com até 4 módulos fiscais.

Outro descontentamento é no sentido de que se a instituição do registro (compreendendo o CRI e o CNIR) tem finalidade eminentemente fiscal, e os serviços de georeferenciamento deveriam ser custeados integralmente pelo Governo Federal.

PASSO A PASSO

1) O interessado formula requerimento, assinado e com firma reconhecida, ao Serviço de registros dos Cartórios de Registro Imobiliário (CRI), com:

- Declaração firmada sob pena de responsabilidade civil e criminal do topógrafo, inclusive, de que não houve alteração das divisas dos imóveis, respeitados os direitos dos confrontantes;

- Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); cadastro de contribuição do imposto rural (CCIR) expedido pelo INCRA;

- Prova de quitação do imposto territorial rural (ITR) dos últimos 5 anos;

- Certificação de não sobreposição da poligonal expedida pelo INCRA;

- Planta e memorial descritivo, assinados por profissional habilitado pelo INCRA.

O memorial descritivo deverá:

- a) Atender às exigências técnicas dispostas nas instruções normativas 12 e 13 do INCRA; b) Conter os vértices definidores dos limites dos imóveis rurais geo-referenciados ao SGB.

2) O CRI encaminha ao INCRA, mensalmente, as modificações ocorridas nas matrículas tendo em vista o quanto constante na documentação acima indicada, decorrentes de mudanças de titularidade (inter vivos ou por causa *mortis*), parcelamento (desmembramento, remembramento), retificação, bem como outras limitações e restrições de caráter dominial e ambiental, para fins de atualização cadastral, aplicando-se inclusive aos imóveis destacados do patrimônio público.

3) O INCRA encaminha mensalmente ao CRI os códigos dos respectivos imóveis rurais para serem averbados de ofício nas matrículas, quando será atingida a coincidência entre o 'cadastro' imobiliário e o 'cadastro', para fins de reforma agrária, por meio de um código único. ■

Cronologia

- Lei nº 10.267, promulgada em agosto de 2001, institui o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), como base para as novas descrições dos imóveis rurais a serem fornecidas pelo INCRA e pelas instituições públicas federais. Sua gestão será feita pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Receita Federal do Brasil (RFB), compartilhada com os demais órgãos da Administração Pública Federal.

- Decreto nº 4449, de 30 de outubro de 2002, regulamenta a Lei nº 10.267 e estabelece que a identificação do imóvel rural, na forma do § 3º do art. 176 e do § 3º do art. 225 da Lei 6.015 de 1973, será obtida a partir de memorial descritivo elaborado, executado e assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis, geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB) e com a precisão posicional a ser estabelecida em ato normativo expedido pelo INCRA.

- Prazo a partir do qual se torna obrigatória a identificação:

- 1º de janeiro de 2003 - imóveis com 5 mil hectares;

- 1º de novembro de 2003 - imóveis com área entre 1mil e 5 mil hectares;

- 1º de novembro de 2004 - imóveis entre 500 e 1mil hectares;

- 1º de novembro de 2005 para os imóveis de até 500 hectares.

- Lei nº 10.931/04 introduz o parágrafo 3º no artigo 213 da Lei de Registros Públicos, autorizando o requerimento na adequação das áreas ao SGB.

- Decreto nº 5570/2005, assinado pelo presidente Lula em 31 de outubro, muda a redação de quatro artigos do Decreto nº 4449/2002. Os novos prazos para os proprietários providenciarem o geo-referenciamento e a confecção da planta detalhada passam a ser:

- 1. Cinco anos para os proprietários de imóveis com área de 500 hectares e menos de mil hectares, a vencer em 20 de novembro de 2008;

- 2. Oito anos para os imóveis com área inferior a 500 hectares, a vencer em 20 de novembro de 2011.

Sua vida no campo
vale ouro. Cuidar dela também.

Proteja sua família, seus bens e sua lavoura com os Seguros BB.
Procure seu gerente de relacionamento Banco do Brasil ou ligue
para 0800-729-7000.

O tempo
todo com
VOCÊ





ACESSE GRÁTIS:
www.embrapa.br
INFORMAÇÕES SOBRE PESQUISAS E TECNOLOGIAS AGROPECUÁRIAS
PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

**Quem procura informações gratuitas
sobre agropecuária encontra nas
Bibliotecas Virtuais da Embrapa.**

Embrapa
Com Brasil por aí gente

Ministério da Agricultura,
Pecuária e Abastecimento

